



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA FROIS

**A AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA
SOLIDÁRIA ENQUANTO TEMÁTICAS FORMATIVAS PARA A EPT: UMA
PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA ALCANCE
DA FORMAÇÃO OMNILATERAL**

Brasília

2022

RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA FROIS

**A AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA
SOLIDÁRIA ENQUANTO TEMÁTICAS FORMATIVAS PARA A EPT: UMA
PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA ALCANCE
DA FORMAÇÃO OMNILATERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Keila Lima Sanches

Brasília

2022

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam pela emancipação coletiva dos
trabalhadores.

F929 Frois, Rafael Rodrigues de Sousa.

A autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária enquanto temáticas formativas para a EPT: uma proposta de curricularização da extensão para alcance da formação omnilateral. / Rafael Rodrigues de Sousa. – Brasília, 2022.

137 f. : il.color.

Orientadora: Keila Lima Sanches

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

1. Atuogestão do trabalho. 2. Cooperativismo. 3. Economia solidária. 4. Educação profissional e tecnológica. 5. Omnilateralidade. 6. Curricularização da extensão. I. Sanches, Keila Lima. II. Título.

CDU 37.017.4

Catalogado por: Alberth Sant'Ana – CRB-1/2929

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO**

CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia 16/12/2022, às 19h, no(a) Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública de dissertação do(a) mestrando(a) Rafael Rodrigues de Sousa Frois, intitulada “A AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO TEMÁTICAS FORMATIVAS PARA A EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA ALCANCE DA FORMAÇÃO OMNILATERAL”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Keila Lima Sanches (presidente e orientador(a)), Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva, Dr. Luis Claudio Rocha Henriques de Moura e Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente), a fim de arguirem o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:

(X) Aprovada.

() Não aprovada.

Observações/Recomendações:

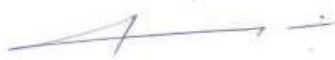
Banca Examinadora:



**Prof. Dra. Keila Lima
Sanches (presidente e
orientador(a))**



Prof. Dr. Luis Claudio Rocha Henriques de Moura



Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente)

Candidato: Aluno(a):



Rafael Rodrigues de Sousa Frois

Brasília, 16/12/2022.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço imensamente à minha família, minha mãe, meu pai, minha avó, minhas tias e tios, minhas irmãs, sobrinhos, sobrinhas, que por mais dificuldades e privações que tenham passado nunca deixaram de esperar e seguir em frente o caminho da vida.

À minha companheira, Raianne, por todo o apoio, amor, carinho e paciência neste e nos demais momentos que estivemos juntos, sempre trazendo à minha vida o melhor que há no mundo.

Aos meus amigos, companheiras e companheiros de trabalho, que, tal como eu, se esforçam para promover uma educação pública, gratuita e de qualidade à uma comunidade para a qual sempre foi negado o básico, mas que possui um grande potencial de emancipação através da educação.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Keila Lima Sanches, por sempre, sempre mesmo, estar disponível para me ajudar, me acalmar e me guiar por estes caminhos desconhecidos e que, através de sua orientação, se tornaram uma estrada de aprendizado.

Agradeço também a todas as Professoras e Professores do ProfEPT, que desempenham um trabalho magnífico em meio a todas as adversidades impostas pela atual conjuntura em que vivemos.

Por fim, muito obrigado a todas as Professoras e Professores, da educação formal, não formal e informal, que passaram por minha vida e ajudaram a construir este indivíduo que busca ser coletivo.

"Toda ciência seria supérflua se a forma de
manifestação [a aparência] e a essência das
coisas coincidissem imediatamente"

(MARX, K., 2017).

RESUMO

Desde seus primórdios a humanidade se organizou socialmente em torno de seus arranjos produtivos. Através de sua intervenção na natureza o humano aprendeu a sobreviver, criando conhecimentos úteis para a produção de elementos necessários à sua subsistência. Enquanto construía coletivamente tais aprendizados, o humano também os ensinava às gerações posteriores, tornando o trabalho a primeira forma de educar da espécie humana e, portanto, um princípio educativo. Contudo, através do desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história as configurações sociais foram se modificando, afastando o humano de sua essência coletiva, alterando a organização do trabalho e, conseqüentemente, a educação. Atualmente a adoção do trabalho enquanto princípio educativo é um processo em desenvolvimento na educação brasileira, especialmente na EPT - Educação Profissional e Tecnológica. Tendo em vista o fomento à instituição do trabalho enquanto princípio educativo na EPT, esta pesquisa buscou compreender meios de inserir nesta configuração educacional formas de organização laboral que realizem uma conexão com a formação omnilateral. Para tanto, as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES - Economia Solidária foram abordadas nesta pesquisa, através de seu referencial teórico, para esclarecimento de suas possibilidades para a EPT. Em anexo a este aprofundamento bibliográfico foi realizada uma intervenção em formato de pesquisa-ação qualitativa junto à comunidade interna do IFG - Câmpus Formosa, com vistas a compreender de que formas as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES poderiam ser inseridas nos PPCs - Projetos Pedagógicos de Cursos da EPT. No percurso da pesquisa, foram realizadas sondagens junto a diversos atores que atuam na EPT, por meio da aplicação de questionários semiestruturados. Após a coleta de dados foram realizadas análises de conteúdo, identificando-se três categorias: trabalho, educação e curricularização. Ao final da análise sugere-se que os temas abordados sejam inseridos nos currículos dos cursos de EPT do IFG - Câmpus Formosa através da realização de projetos, palestras e oficinas, assim como pela criação de disciplinas específicas, com foco na extensão escola-sociedade. A partir dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, foi possível construir um PE - Produto Educacional, em formato de guia educativo para inserção das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos currículos de

EPT. Esta pesquisa sugere que, através das possibilidades ofertadas pela recente demanda da curricularização da extensão é possível inserir as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos PPCs dos cursos de EPT, por meio de projetos, palestras, minicursos, criação de disciplinas específicas e demais mecanismos de formação, a fim de fomentar a adoção da Autogestão do Trabalho enquanto princípio educativo para facilitar o alcance da omnilateralidade.

Palavras chave: Autogestão do trabalho. Cooperativismo. Economia solidária. Educação profissional e tecnológica. Omnilateralidade. Curricularização.

**LABOR SELF-MANAGEMENT, COOPERATIVISM, AND SOLIDARY ECONOMY
AS FORMATIVE THEMES FOR PTE: A PROPOSAL FOR CURRICULAR
EXTENSION TO ACHIEVE OMNILATERAL FORMATION**

ABSTRACT

Since its beginnings, mankind has organized itself socially around its productive arrangements. Through their intervention in nature, humans have learned to survive, creating useful knowledge for the production of required elements to their living. While collectively building such knowledge, humans also taught it to next generations, making work the first form of education of the human species and, therefore, an educational principle. However, through the development of productive forces throughout history, the social configurations have changed, moving humans away from their collective essence, changing the organization of work and, therefore, education. Currently, the adoption of work as an educational principle is a developing process in Brazilian education, especially in PTE - Professional and Technological Education. To promote the institution of work as an educational principle in PTE, this research sought to understand how to insert in this educational setting a form of labor organization as a bridge to omnilateral formation. Chasing this goal, the themes of Work Self-Management, Cooperativism, and SE - Solidary Economy were addressed in this research, through its theoretical framework, to clarify its possibilities for PTE. Together with this bibliographical study, a qualitative action-research intervention was carried out with the internal community of the IFG - Campus Formosa in order to understand how the themes of Work Self-Management, Cooperativism and SE could be inserted in the PCPs - Pedagogical Courses Projects of PTE Courses. During the research, surveys were conducted with several actors who work in PTE, by means of semi-structured surveys. Content analysis was performed, identifying three categories: work, education, and curricularization. At the end of the analysis it is suggested that the topics addressed are inserted into the curriculum of IFG - Câmpus Formosa PTE courses through projects, lectures and workshops, as well as the creation of specific disciplines, focusing on school-society extension. From the results obtained throughout the research, it was possible to build a EP - Educational Product, in the format of an educational guide for entering the themes of Work Self-Management, Cooperativism

and SE in the curriculum of PTE. This research suggests that, through the possibilities offered by the recent demand of curricular extension, is possible to insert the themes of Work Self-Management, Cooperativism and SE in the PCPs of PTE courses, through projects, lectures, mini-courses, creation of specific disciplines and other training mechanisms, in order to promote the adoption of Work Self-Management as an educational principle to easily the achievement of omnilateralism.

Key words: Labor self-management. Cooperativism. Solidary economy. Professional and technological education. Omnilateralism. Curricularisation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Trajectoria da EPT no Brasil.....	46
Figura 2	–	Processo de curricularização da extensão adotado pelo IFSC...	55
Figura 3	–	Exemplo de matriz curricular que já passou pelo processo de curricularização da extensão.....	55
Figura 4	–	Etapas da pesquisa.....	59
Figura 5	–	Nuvem de palavras construída pelos participantes da oficina acerca do conceito de trabalho.....	64
Figura 6	–	Nuvem de palavras categoria trabalho.....	66
Figura 7	–	Nuvem de palavras categoria educação.....	67
Figura 8	–	Nuvem de palavras categoria curricularização.....	68
Figura 9	–	Página 1 do PE.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Índice de Gini da Renda do Trabalho Efetivo Domiciliar per capita 1960-2021.....	22
Gráfico 2	– Áreas de formação e escolaridade da amostra.....	60
Gráfico 3	– Áreas de atuação profissional da amostra.....	61
Gráfico 4	– Formas de vínculos empregatícios declarados.....	62
Gráfico 5	– Conhecimento da amostra acerca do temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária.....	63
Gráfico 6	– De que maneira você compreende que as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar, ou ajudar mais na formação dos alunos para o dia a dia do trabalho, no sentido de preparar os alunos para se tornarem trabalhadores associados e/ou donos da sua própria produção em seu trabalho?.....	64
Gráfico 7	– Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após esta oficina?.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo da avaliação do PE.....	73
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EAD	Educação à Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ES	Economia Solidária
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IPN	Instituto Politécnico Nacional (México)
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MEC	Ministério da Educação
PE	Produto Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação

CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EAD	Educação à Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Tema.....	19
1.2 Problema.....	20
1.3 Justificativa.....	24
1.4 Objetivos.....	27
1.4.1 Objetivo geral.....	27
1.4.2 Objetivos específicos.....	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1 Educação formal, não formal e informal.....	28
2.2 O Trabalho enquanto princípio educativo.....	30
2.3 O potencial educativo de espaços de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES.....	34
2.4 Capitalismo e Cooperativismo de plataforma.....	41
2.5 EPT: princípios e possibilidades.....	44
2.6 Extensão acadêmica.....	51
2.7 Curricularização da extensão.....	52
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
3.1 Desenho da pesquisa.....	57
3.2 Plano de desenvolvimento do produto educacional.....	59
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	60
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
7. REFERÊNCIAS.....	77

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL - GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO TEMAS QUE REFORÇAM O TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	86
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 1: PROJETO DE PESQUISA “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”.....	124
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2: FEEDBACK DA OFICINA “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”.....	132
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 3: AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO”.....	135

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

As recentes iniciativas de flexibilização do trabalho obrigam os trabalhadores das mais diversas áreas a se submeterem a condições cada vez mais precárias para obterem seu sustento. De acordo com Antunes e Filgueiras (2020), os poucos beneficiados com o recente crescimento da extração de mais valia operam em diversos campos para mascarar o aumento da exploração, que cresce junto à expansão do capital.

Antunes (1995), compreende que este cenário é resultado de ações cíclicas do capital, em especial o ciclo de reestruturação neoliberal dos anos 1970 e 1980 e seus reflexos, que em seu processo auxiliou na desconstrução e enfraquecimento de entidades da classe trabalhadora, flexibilização das relações de trabalho, redução da ação dos Estados sobre a economia e internacionalização do capital, criando um processo denominado globalização.

Este contexto foi agravado após a crise econômica mundial de 2008, a qual, para Antunes (2013), teve como resposta um novo período dentro do neoliberalismo, que aprofundou a flexibilização do trabalho, reduzindo a seguridade social dos trabalhadores a níveis alarmantes, criando a chamada uberização¹ do trabalho, uma realidade atual para considerável parcela das pessoas que vivem do próprio trabalho.

Portanto, a necessidade de organização dos trabalhadores para que estes tornem-se força política e social é uma demanda urgente. Neste sentido, Gadotti (2001), destaca que o papel da EPT - Educação Profissional e Tecnológica torna-se fundamental nesta conjuntura, pois ao qualificar o trabalhador para a atividade profissional também pode conscientizá-lo de seu papel coletivo. Segundo Guerra (2008), um princípio pedagógico promissor para o alcance desta necessidade é a Autogestão do Trabalho, que ao operar por meio do Cooperativismo ou demais

¹O termo uberização é derivado do nome da plataforma de transportes UBER, que é uma das pioneiras em adotar e influenciar a adesão às novas relações de trabalho desvinculadas e individualizadas, que passam ao trabalhador a impressão de que este é proprietário de um empreendimento, no intuito de encobrir sua situação precária de assalariamento e exploração de mão de obra. Tal formato de trabalho retira progressivamente a rede de seguridade social e possibilidades de profissionalização do trabalhador, processo este facilitado pela utilização de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

empreendimentos de Economia Solidária - ES, cria uma alternativa de organização capaz de mobilizar e conscientizar os trabalhadores acerca dos processos produtivos e contradições do capital. Para Singer e Souza (2003), a Autogestão do Trabalho é um princípio que possibilita aos próprios trabalhadores a gestão de seu trabalho, passando a estes o controle integral da produção. Esta forma de gerir o trabalho possui o potencial de ensinar os trabalhadores a operarem de maneira livremente associada, o que, de acordo com Mészáros (2008), é uma condição primordial para a superação da lógica de trabalho capitalista.

Conforme apresentado por Guerra (2008) e Santos e Cruz (2008), alguns experimentos foram desenvolvidos nas Universidades brasileiras desde os anos 90 a fim de compreender o potencial social da ES, contudo não tiveram objetivos de se efetivarem enquanto princípio educativo aplicado à EPT. Encontra-se nesta lacuna o potencial de desenvolvimento do princípio da autogestão na formação crítica dos trabalhadores na EPT de maneira inovadora, assim como a construção do conhecimento acerca desta temática com participação dos diversos setores das comunidades internas das instituições de ensino. Como consequência deste processo, as comunidades externas também seriam beneficiadas através do desenvolvimento de ações de extensão que operem sob o princípio da Autogestão do Trabalho, para o assessoramento de empreendimentos de ES.

Tendo em vista este contexto, a confecção de um produto educacional, que viabilize a formação de alunos da EPT para que compreendam o funcionamento dos processos de organização coletiva de trabalhadores, sob o princípio da autogestão, auxilie estes na autonomia de sua produção e conscientize-os de suas ações enquanto classe, é uma meta a ser alcançada. Junto à capacidade de ensino, produção de ciência e tecnologia disponível nos IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, este estudo se propõe a compreender as demandas da comunidade interna do IFG - Câmpus Formosa, no tocante à organização coletiva do trabalho, para a construção de um Produto Educacional - PE que viabilize o entendimento da comunidade acadêmica sobre as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES.

1.2 Problema

A EPT carrega consigo uma possibilidade fundamental para a emancipação da classe trabalhadora. Para Ciavatta (2014), é nesta configuração educacional que se

alia a teoria e prática para o trabalho, formando-se uma alternativa de compreensão dos processos sociais e produtivos do meio de produção capitalista. Esta abrangência cria um precedente de luta dentro das contradições do capitalismo, o que torna a omnilateralidade uma perspectiva na educação profissional.

Gramsci (2004), defende que para tanto é necessário operar a educação de forma ampla, a fim de conscientizar os estudantes acerca de seu papel enquanto indivíduos humanos e suas potencialidades, sua situação de classe, o funcionamento estrutural das forças produtivas e os fenômenos sociais que surgem em decorrência de sua ação. Além disso, a aquisição do conhecimento acerca da construção histórica da organização do trabalho e suas atuais formas de operação torna-se fundamental para produzir vias de superação de problemas basilares de nossa sociedade a partir da educação.

Freire (1967), destaca que o desenvolvimento da consciência crítica, que capacita o indivíduo a compreender as relações de causa e circunstância dos fenômenos sociais e suas respectivas dinâmicas, promove maior ligação do sujeito com a realidade material, assim como auxilia no desenvolvimento de ações transformadoras da realidade que sirvam à sua emancipação para que se torne força ativa na sociedade, consciente de seu potencial de ação e transformação. Portanto, a educação, como ponto de partida para a superação do atual cenário de avanço da exploração do trabalho, deve gerar no indivíduo a capacidade de leitura das estruturas das relações materiais e seu respectivo movimento.

Tendo em vista esta problemática, faz-se relevante a reflexão acerca das relações de trabalho no modo de produção capitalista, que sempre foram campo de disputa entre as classes dominante e dominada. De acordo com Antunes (2013), avanços e recuos fizeram parte deste trajeto, que no momento encontra-se em uma conjuntura de avanço da burguesia sobre a classe trabalhadora, por meio das reformas influenciadas pela reação austera dos Estados burgueses após a crise mundial de 2008.

No Brasil, país componente da periferia do capitalismo², a situação possui agravantes, como as recentes reformas trabalhistas, iniciadas em 2016 e

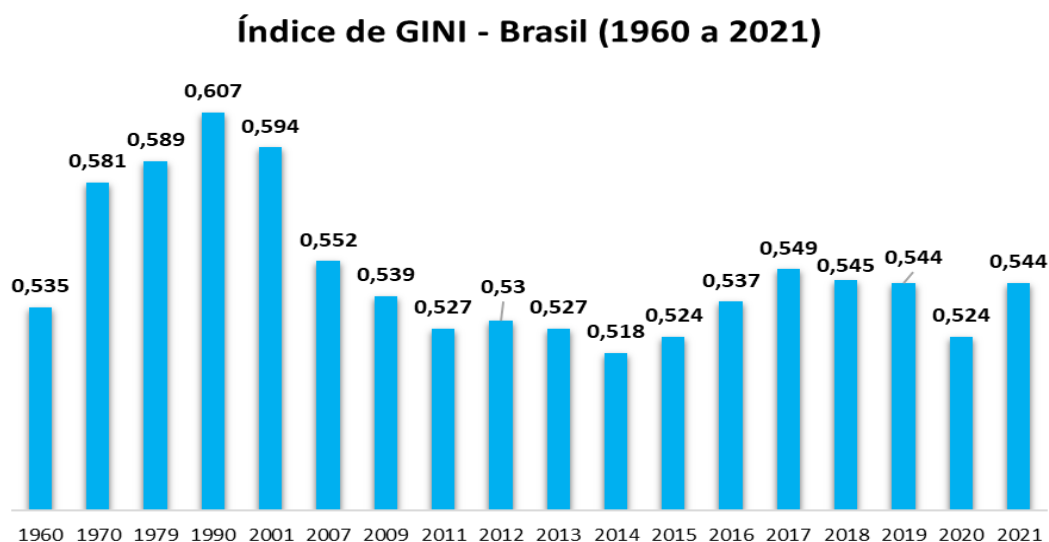
²Denomina-se capitalismo o modo de produção criado pela sociedade europeia a partir do séc. XVI e ainda vigente, baseado na acumulação de valor gerado a partir da exploração do trabalho assalariado, na qual a divisão social do trabalho configurou essencialmente duas classes sociais distintas: a classe burguesa, detentora dos meios de produção, e a classe proletária, tendo como única propriedade sua mão de obra.

aprofundadas recentemente, reforma da previdência realizada em 2019, assim como a atual proposta de reforma administrativa, ainda em andamento. Medidas que retiram direitos conquistados a duras penas pela classe trabalhadora, além de fomentar a precarização dos serviços públicos para a população.

Krein (2018), pontua que a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil gerou a redução da renda e poder de compra da maior parcela da população, baixando sua qualidade de vida e acesso a direitos básicos, evidenciando o aumento da desigualdade de renda no Brasil. Tal fator pode ser observado através do índice de Gini, o qual, de acordo com Borges et al. (2020), verifica a distribuição de renda de uma determinada população. Para compreender este índice deve-se interpretar seus resultados tendo em vista que quanto maior sua proximidade com o valor 1 maior a desigualdade de renda mensurada. Através da análise realizada por Neri e Souza (2012) é possível verificar a dinâmica do índice de Gini e sua correlação direta com os resultados das políticas públicas de diferentes governos. A análise dos autores destaca a veloz e inédita redução do índice de Gini no Brasil durante a primeira década do séc. XXI, em comparação a outras séries históricas, influenciada pelas políticas de distribuição de renda e valorização salarial implementadas no período.

Entretanto, no Brasil este índice teve o maior aumento da série histórica, iniciada em 2012, durante o segundo trimestre do ano de 2020, o que de acordo com Borges et al. (2020) foi determinado pelas reformas trabalhistas, implementação do teto de gastos públicos, dentre outras políticas de austeridade, fatores intensificados pelo governo empossado no ano de 2019.

Gráfico 01: Índice de Gini da renda do trabalho efetivo domiciliar per capita 1960-2021.



Fonte: Neri e Souza (2012); Cabrera-Schneider (2021); Borges et al. (2020). Elaborado pelo autor.

Para se ter ideia da complexidade da situação, Bôas (2020) destaca que durante o primeiro trimestre de 2020 cerca de 40% dos trabalhadores do país encontravam-se na informalidade, sem seguridade social, fator este que influenciou severamente as chances deste contingente de sobreviver à pandemia de COVID-19. De acordo com o IBGE (2022) a taxa de desemprego aumentou de 11,1% para 14,9% entre outubro de 2019 e outubro de 2020. A desigualdade social no Brasil também cresceu de forma alarmante neste período. Segundo levantamento realizado pelo Credit Suisse (2022), em 2010 a parcela dos 1% mais ricos da população brasileira acumulava 40,5% da riqueza do país, em 2019 este acúmulo subiu para 46,9% e em 2020 49,6%, um aumento de quase 3% em apenas um ano.

Uma das possíveis causas desse cenário foi a aprovação da EC 95/2016 (PEC do teto de gastos), que retira de maneira crônica investimentos em serviços públicos e prioriza o financiamento do rentismo, o que sobrecarrega ainda mais o orçamento das famílias. Somado a isto, Costa (2020) evidencia que no atual cenário de crise inflado pelas circunstâncias provocadas pelo vírus Sars-CoV-2, muitas empresas abriram falência, o que piorou o já crescente quadro de desemprego dos últimos cinco anos.

Devido à atual situação em que se encontram os brasileiros que vivem do próprio trabalho, principalmente os grupos de trabalhadores mais precarizados, juntamente do papel dos IFs para a sociedade brasileira, um questionamento é necessário: se um dos intuitos da EPT é preparar os estudantes para o mundo do trabalho, de que maneira esta pode contribuir para a formação destes indivíduos no tocante à conscientização acerca das contradições do atual modo de produção e possíveis formas de superação deste cenário?

Uma alternativa apresentada, conforme demonstrado por Guerra (2008) e Santos e Cruz (2008), é o incentivo à Economia Solidária - ES, que opera por formas cooperativas e autogestionárias de produção e circulação de mercadorias e serviços. Os autores demonstram que a ES atestou grande potencial em alguns experimentos de Cooperativismo e Autogestão do Trabalho, no intuito de gerar trabalho e renda, principalmente para as populações mais afetadas pela precarização do trabalho nos anos 1990, situação que se aprofundou após a crise mundial de 2008 e segue seu

curso contemporaneamente. Neste cenário, uma alternativa cabível aos IFs seria a criação de ferramentas educacionais que fomentem a Autogestão do Trabalho, pela curricularização desta temática, assim como pelo incentivo a ações de ensino, pesquisa e extensão, no intuito de subsidiar organizações de trabalhadores sobre formas autogestionárias de suas atividades laborais, através da capacitação da comunidade acadêmica de EPT.

A possibilidade de abordar esta demanda enquanto conteúdo educacional da EPT surge neste momento como instrumento interessante de contato dos estudantes com a atual situação do mundo do trabalho. A aprendizagem prática, alicerçada em fundamentação crítica, acerca das contradições do capitalismo e sobre outras formas de organização coletiva do trabalho, serviriam de base para o esclarecimento a respeito das estruturas deste modo de produção e possibilidades de resolução de seus problemas.

1.3 Justificativa

A educação omnilateral busca o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades e a superação da divisão social do trabalho como forma de alcançar a emancipação humana. Ciavatta (2014) ressalta que esta forma de educação traz consigo a possibilidade de tornar o trabalhador não apenas mero executor de sua função, mas também capaz de controlar os processos produtivos.

A efetivação da omnilateralidade na escola pública brasileira sempre sofreu resistência. As possibilidades de sua implementação são debatidas através do CNE - Conselho Nacional de Educação, que opera com representantes das instituições federais de educação, movimentos sociais e também com membros do Sistema "S". Portanto, há um embate entre o interesse social e as demandas do capital financeiro, que busca a formação de estudantes para atender aos litígios do mercado, tratando a educação profissional sob uma ótica empresarial, visão que predominou nas últimas décadas. Contudo, as recentes repercussões acerca das contradições do capital deixam claro a necessidade de se avançar na luta pela omnilateralidade na educação profissional.

Para melhor compreender este cenário é indispensável analisar os reflexos das políticas neoliberais dos anos 80 e seus desdobramentos, as quais de acordo com Antunes (1995), efetivaram a desorganização de entidades da classe trabalhadora, seja diretamente por ação antissindical ou indiretamente por flexibilização das

relações de trabalho. Estas medidas precarizaram a seguridade social de diversas nações, que ao se depararem com cenários de crise jogaram nas costas dos trabalhadores todo o prejuízo gerado por meio de reformas.

Este legado permanece e os trabalhadores em geral não possuem capacidade organizativa de reação frente às medidas de austeridade recentes, tendo sua dignidade de vida cada vez mais debilitada. Em contrapartida a esta problemática, um exemplo do que se iniciou no Brasil nos anos 90, demonstra-se como uma alternativa interessante de reorganização de trabalhadores e melhora de renda e oferta de trabalho. De acordo com Guerra (2008), durante este período, um movimento social utilizou estratégias para criação de trabalho e renda em uma comunidade no Rio de Janeiro, instituindo uma cooperativa popular e obtendo resultados positivos. Esta iniciativa chamou atenção de pesquisadores da UFRJ, que decidiram organizar um centro de apoio e assessoramento para ações similares, que tivessem como princípios a autogestão e Cooperativismo popular, criando assim a primeira ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil. Segundo o autor, tal iniciativa prosseguiu em outras Universidades, contudo devido à pequena quantidade de instituições de ensino superior do período e seu baixo orçamento os programas tiveram resultados limitados. O autor destaca que mesmo com o recente aumento da quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, atualmente há apenas trinta e sete ITCPs em funcionamento no país.

O cenário atual, de crescente precarização das condições de trabalho, redução de renda e incertezas sobre os desdobramentos remete à busca por novas saídas. Os IFs possuem capacidade, ainda que limitada devido ao recente cenário austero de redução de investimentos públicos em educação, para efetivar o ensino, a pesquisa e a extensão em suas regiões de atuação, possibilitando a construção de medidas que auxiliem na capacitação de seus discentes para o subsídio à resolução das demandas sociais. Dentre as possibilidades encontra-se uma diretamente ligada às formas de organização laboral: a Autogestão do Trabalho, que possui grande potencial de se tornar um princípio pedagógico para compreensão da lógica do capital. Tal aprendizado envolveria tanto os discentes, docentes e técnicos administrativos dos IFs, quanto os trabalhadores assistidos pelas iniciativas.

Entretanto, algumas críticas a este modelo de organização ganharam destaques nas últimas décadas, tendo em visto um possível caráter reacionário da ES e sua possível convivência pacífica com a exploração do capital. Apesar de ser uma

forma autogestionária de trabalho, que coloca nas mãos do trabalhador a possibilidade de gerir a própria produção, controlar todas as etapas, não combate necessariamente as contradições do capitalismo, por vezes ajusta-se a elas. Contudo, para Benini e Benini (2013), esta forma de organização do trabalho abre uma possibilidade de compreensão da produção por parte dos trabalhadores, atacando uma das facetas da alienação, algo que foi historicamente negado aos trabalhadores sob o modo de produção capitalista.

Uma reflexão sobre este ponto é observada na crítica de Singer e Souza (2003) à Rosa Luxemburgo, quando esta conclui que a ES apenas compete com o capital, mas não o elimina. O autor deixa claro o potencial que o Cooperativismo possui no tocante a organizar os trabalhadores para a autogestão, algo que deve ser trabalhado ainda dentro do sistema capitalista enquanto meio para a superação deste modo de produção. Para o autor, o Cooperativismo capacita os trabalhadores a desenvolverem suas atividades laborais de forma associada e sem hierarquias, educa estes também a priorizar a valorização dos postos de trabalho ao invés do lucro, o que os auxilia a alcançar o protagonismo na produção e os possibilita a se enxergar no resultado de seu trabalho, condição essencial para superar a alienação.

Tais elementos, relacionados ao conceito de Autogestão do Trabalho, demonstram grande potencial enquanto possibilidades pedagógicas emancipadoras para a EPT, uma vez que esta modalidade educacional tem dentre suas funções basilares qualificar o aluno para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho. Contudo, a Educação Profissional sempre foi objeto de disputa no interior das relações de produção. Oliveira (2000) ressalta que a abordagem técnica e não tecnológica em EPT entende que a formação ideal para o modo de produção capitalista é a que condiciona o trabalhador restritamente ao acesso a informações e práticas relativas à execução de suas funções, não abrangendo a complexidade das relações de produção em suas todas as suas dimensões e a formação humana integral. Em contrapartida, Gramsci (2004) defende que a abordagem de educação unilateral visa qualificar o indivíduo em sua totalidade, englobando sua formação científica, tecnológica, política, artística e demais campos do conhecimento humano. Para Ciavatta (2014), ainda que convivendo no sistema de produção capitalista, ao acessar esta formação, o trabalhador se beneficia da possibilidade de emancipação através da compreensão das relações sociais em que está inserido e discernimento de seu papel neste contexto.

Portanto, ao integrar a formação humanitária emancipatória do aluno, a educação omnilateral oferece uma alternativa para a classe trabalhadora. Esta possibilidade tende a ser de grande valia para uma abordagem crítica do Cooperativismo e ES convencionais por meio da EPT. A possibilidade de formar criticamente o trabalhador frente às contradições do capital, fornecendo base para organização de seu trabalho de forma coletiva é uma possibilidade, utilizando-se como recurso educacional uma estrutura que viabilize a ação dos alunos junto aos trabalhadores já atuantes nas diversas áreas do mundo do trabalho, incluindo suas áreas de formação na EPT. Essa experiência seria de grande proveito para desenvolver o conhecimento aprofundado acerca do mundo do trabalho junto aos alunos, abordando os elementos estruturais do sistema capitalista de produção, suas contradições e possíveis caminhos de superação. O alcance desta meta pode ser facilitado através da adoção pela EPT de temas relacionados às configurações laborais que viabilizem a união entre trabalho manual e intelectual, aspecto que, de acordo com Singer (2005), é abordado pela Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. Uma via de efetivação de tal demanda é a curricularização da extensão, reforçada pelo PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), que se encontra em processo de desenvolvimento nas instituições de ensino superior e EPT brasileiras.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender formas de inserção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT, tendo em vista a efetivação do trabalho enquanto princípio educativo e viabilização do alcance da omnilateralidade.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento quantitativo e qualitativo junto à comunidade interna para compreender suas realidades laborais e acadêmicas, assim como seu conhecimento prévio acerca dos temas Autogestão do Trabalho, ES e Cooperativismo;

- Propor, captar e discutir propostas que auxiliem na curricularização da Autogestão do Trabalho nos PPCs da EPT;
- Explorar as experiências de curricularização da extensão já efetivadas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Criar um guia orientativo para fomentar a curricularização da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos da EPT.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação formal, não formal e informal

As relações sociais, nos mais diferentes espaços, desenvolvidas ao longo da vida dos indivíduos, são experiências que geram aprendizados. Este processo de aprendizagem ocorre tanto em espaços planejados para o desenvolvimento do processo educacional, denominados espaços formais de educação, como em ambientes distintos. Para Gohn (2006), os processos de educação se dividem em formais, não formais e informais. A autora defende que a educação formal é aquela desenvolvida em espaços escolares, de maneira planejada previamente. A educação informal se refere ao aprendizado que ocorre durante os processos de socialização em seus diversos espaços não formais. Já a educação não formal se desenvolve em espaços e ações coletivas cotidianas através do compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Para distinguir tais modalidades de educação, Gohn (2006) faz uso dos seguintes questionamentos: quem é o educador? Onde se educa? Como se educa? Porquê? Quais as características pertinentes? Quais os resultados esperados?

De acordo com Bruno (2014), através destes questionamentos, fica evidente que na educação formal quem educa é o professor, capacitado também pela educação formal para tal demanda. O local onde ocorre este processo de educação são as escolas e centros educacionais reconhecidos pelo Estado, nos quais a educação é sistematizada por idade, séries, currículos e conteúdos específicos, tendo por meta a certificação. Levando em consideração os mesmos critérios, a educação não formal possui como educadores as pessoas que se situam ao redor dos indivíduos, nos diversos meios sociais que estes convivem. Contudo, esta configuração educacional possui caráter intencional, ou seja, é uma ação educacional

pensada, ainda que fora dos espaços escolares. O modo de educar ocorre através do compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os indivíduos enredados neste processo. Os objetivos deste formato educacional variam de acordo com as demandas dos envolvidos e em geral se organizam a partir de aspectos subjetivos dos grupos, como valores culturais, políticos e demais processos coletivos de identificação. Já a educação informal é conectada diretamente aos processos de socialização. Os espaços de formação diversificados dão a este formato educacional um caráter dinâmico, que atua na construção de valores e crenças dos grupos sociais, seus hábitos e idéias. Não é um processo intencional, compreende a passagem e construção de valores e conhecimentos através das gerações e baseia-se no senso comum das sociedades.

Almeida e Oliveira (2014) destacam que apesar de distintas, estas configurações de educação se complementam, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem não é limitado a determinados espaços, situações e procedimentos. Tendo em vista as contemporâneas modificações nas configurações econômicas, políticas e sociais, Libâneo et al. (2012) consideram que a escola deve ir além da coexistência com as estruturas não formais e informais de educação, deve também construir uma conexão com estas, a fim de tornar a formação cada vez mais pertinente e correlata à vida das pessoas. Neste contexto, Gohn (2006) ressalta que a educação não formal e informal não substituem a educação formal, uma vez que nesta última o conhecimento é sistematizado e construído. Contudo, o autor ressalta que a educação não formal e informal possuem potencial complementar no processo de ensino-aprendizagem. Esta complementação se dá através dos processos educativos operados através das relações sociais. Dentre estas, aqui serão destacadas as relações de trabalho.

De maneira geral, em nossa sociedade o trabalho é visto como uma atividade que visa a remuneração para a subsistência, o que para Bonamigo (2014) possui relação com a fragmentação e alienação do trabalho, promovidos pelo capital. Para o autor, esta configuração do trabalho influencia o formato educacional atual, que é dividido de acordo com as demandas da produção. A exemplo disso, é possível observar formatos educacionais diferentes, como o de simples alfabetização, no sentido do letramento, que tem por objetivo a leitura para recepção de mensagens de maneira acrítica, assim como configurações educacionais que visam o ensino de atividades laborais e ainda outras com o intuito de formação intelectual. Estas

fragmentações na educação visam reforçar a divisão entre trabalho manual e intelectual, o que para Marx (2011) é característica essencial da sociedade capitalista. Entretanto, numa perspectiva de formar o ser humano para atingir de maneira plena suas diversas potencialidades, o trabalho não fragmentado pode ser uma ferramenta valiosa. Neste sentido, Gramsci (2004) defende que uma formação que conecte educação e trabalho socialmente necessário, que atenda às demandas da sociedade, e não às do capital, possui o potencial de desenvolver no estudante sua integralidade humana. De acordo com o autor, esta educação deve fornecer o acesso às diversas formas de conhecimento da humanidade, possibilitando o desenvolvimento de novas compreensões acerca dos processos produtivos e das relações sociais. Tal relação íntima entre trabalho e educação pode ser encontrada dentre as relações laborais em espaços de educação não formal, os quais, de acordo com Gadotti (2005), possuem o potencial de integrar os indivíduos com o mundo e com seu meio social, através de atividades que compartilhem conhecimentos, voltados para as demandas dos sujeitos envolvidos. Desta forma, a educação formal deve considerar o caráter complementar da educação não formal enquanto via para a integração entre trabalho e educação.

2.2 O trabalho enquanto princípio educativo

De acordo com Saviani (2007), o trabalho é a maneira pela qual a humanidade, desde as primeiras civilizações, construiu processos educativos. Para o autor, foi através do trabalho, modo através do qual o ser humano aprendeu a produzir sua existência, que o processo de ensino-aprendizagem teve início. O autor destaca que, ao produzirem, os indivíduos aprendiam e ensinavam uns aos outros, através das relações sociais do trabalho e ensinavam também às gerações futuras.

Marx e Engels (1984), defendem que ao longo de sua história a humanidade estruturou o trabalho de acordo com a criação e desenvolvimento de suas forças produtivas. Para os autores, as primeiras formas de organização social do trabalho se deram nas sociedades tribais, cujas forças produtivas se baseavam na caça e pesca, criação de gado e agricultura rudimentar. Posteriormente nas sociedades comunais, criadas pela união de diversas tribos para a formação de cidades, nas quais a mão de obra escrava era utilizada, surgiram as formas de propriedades móveis e imóveis, assim como os antagonismos entre campo, cidade, indústria e comércio marítimo. Em seguida as sociedades feudais, caracterizadas pela expansão da agricultura e regime de servidão no campo, assim como pelo surgimento de pequenos proprietários de

capital nas indústrias artesanais urbanas.

Para Heller (1970), nas diversas formas de organização social, determinadas por suas condições materiais de produção, houve, em maior ou menor escala, distanciamento, alienação, entre aquilo que é produzido e quem o produz. Este distanciamento demonstra-se evidente na sociedade atual, a sociedade capitalista.

Segundo Marx (2011), no modo de produção da sociedade capitalista o sentido humanizador do trabalho foi subvertido. O autor aponta que neste modo de produção o trabalhador não detém o trabalho em sua essência, encontra-se alienado da produção pois não há nela participação consciente do indivíduo. Ao desenvolver um trabalho não o faz de forma voluntária, mas de maneira compulsória. O trabalho não é realizado para satisfazer uma necessidade em si, mas para satisfazer necessidades fora do trabalho. Dessa forma, a educação desenvolvida pelo modo de produção capitalista reforça estes mesmos princípios e valores, no intuito de estabelecê-los enquanto base moral desta sociedade. Esta educação, dividida entre formação para as classes dominantes em centros educacionais exclusivos e, por outro lado, capacitação para o trabalho alienado para o proletariado, reproduz a estrutura social, normalizando-a através da reificação de seus elementos. Entretanto, para o autor, através das conquistas do movimento sindical operário do séc. XIX, como a redução da jornada de trabalho para oito horas e proibição do trabalho fabril infantil, que não fosse realizado em paralelo à escolarização, criou-se o germe para a educação do futuro, que deveria aliar teoria e prática, no intuito de operar a práxis social para a criação do homem novo, base para a elevação social do proletariado sobre a burguesia. Esta formulação desenvolvida por Marx criou os princípios da educação politécnica, ou tecnológica, que possuía o intuito de combinar a educação com produção material, de acordo com as forças produtivas já desenvolvidas no século XIX.

O conceito de educação politécnica continuou a ser desenvolvido por Gramsci (2004) no início do século XX, que se encontrava em outra fase de desenvolvimento do capitalismo, o qual na Itália expandia a industrialização e conseqüente criação de escolas para o trabalho fabril, após a reforma educacional de Gentile. O autor defendia que para que se modificasse o quadro de dualismo na educação seria necessária uma mudança profunda na sociedade em seus aspectos morais e intelectuais. Para tanto, uma demanda a ser cumprida se referia à formulação da educação de grupos subalternos, através de sua capacitação a um nível superior de civilidade, maneira

pela qual obteriam a hegemonia da sociedade. Alcançando este patamar, estes indivíduos compreenderiam de forma clara o funcionamento das estruturas sociais e seu papel na história, teriam a possibilidade de construir seu próprio caminho, saindo da condição de subordinados para uma posição de liderança. As mudanças das relações sociais se dariam de maneira profunda a partir de tal fenômeno. A dualidade educacional seria extinguida, através da criação de uma escola única para todos os indivíduos, a escola unitária. Esta escola seria responsável pela formação geral da sociedade, através da formação cultural geral e humanista, que capacitasse o indivíduo a trabalhar manual e intelectualmente para atender às demandas sociais, trazendo a todos a possibilidade de se tornarem dirigentes da sociedade.

Ao contrário do postulado por Marx e Gramsci, Krupskaya (2017), não considerava possível a criação de uma escola que atendesse plenamente aos interesses dos trabalhadores se tal instituição fosse criada no interior do modo de produção capitalista. Para a autora, que também defendia a operação do ensino associado ao trabalho produtivo, a educação pública e democrática demandaria uma grande participação dos trabalhadores e suas organizações na formulação e execução do projeto educacional. Ela propunha a criação da escola de trabalho controlada pelos trabalhadores, pois caso não fosse assim

[...] enquanto a organização da questão escolar permanecer fora da influência operária (da classe operária), a escola do trabalho será uma ferramenta dirigida contra seus interesses. Somente a democracia operária (da classe operária) pode fazer da escola do trabalho uma ferramenta de transformação da sociedade moderna. (KRUPSKAYA, 2017, p. 39).

Segundo a autora, a criação de uma escola que atendesse plenamente aos interesses dos trabalhadores, uma escola socialista, somente seria possível ser realizada no interior de um processo social que, protagonizado pela classe trabalhadora, tivesse o objetivo de criar uma sociedade socialista. Isso porque o caráter geral da escola é determinado pela classe dominante de cada sociedade. Em uma sociedade burguesa, dominada pela burguesia, os objetivos da escola seriam os objetivos desta classe, que são antagônicos aos dos trabalhadores. Um dos objetivos da sociedade socialista seria o de extinguir este antagonismo, através da abolição das classes sociais. Para tanto, necessitaria de uma escola que ensinasse a sociedade a conviver com estas novas relações sociais, sem dualidades sociais e educacionais. A proposta da autora, que foi desenvolvida durante a primeira década da revolução

rusa, iniciada em 1917, buscou romper com essa antiga dualidade educacional criada pela divisão de classes sociais, através da busca da capacitação dos estudantes para o trabalho manual e intelectual, socialmente necessários, desde os primeiros anos de vida escolar. A formação geral incluía o desenvolvimento da cultura proletária enquanto promotora de valores sociais, o ensino através trabalho socialmente necessário, enquanto princípio educativo, operado por complexos educacionais e a politecnicidade na educação.

Numa perspectiva educacional crítica ao trabalho do modo de produção capitalista, no seio da sociedade brasileira, Freire (2002) compreende que a construção da base curricular através de fenômenos que ocorrem no mundo do trabalho é essencial para a reflexão e compreensão da realidade por parte do estudante. O autor, que trabalhou diretamente com a educação de jovens e adultos da classe trabalhadora, compreendeu que o trabalho configura um elemento mediador, um princípio educativo para a compreensão de fenômenos do mundo do trabalho, como as condições de produção do Brasil, as relações dos trabalhadores rurais com a terra, formas alternativas de trabalho, dentre outras.

Contudo, não é recente a associação entre trabalho produtivo e educação escolar no Brasil. Fernandes (1989), critica o modo com que o trabalho se inseriu na escola brasileira, na perspectiva de formar mão de obra assalariada. O autor defende que para a adoção do trabalho enquanto princípio educativo é necessário

[...] 1) Varrer do corpo e da cabeça do jovem a aprendizagem que o socialize para ser um cidadão de segunda ou terceira categoria (...) e 2) "fazer da integração à escola o centro de uma liberação crítica e total, que incentive a descoberta do eu e do nós coletivo do futuro trabalhador, como pessoa e como integrante de sua classe social [...]. (FERNANDES, 1989, p.263).

A abordagem do autor demonstra que o trabalho deve atuar na formação humana, para que o estudante se reconheça em sua produção, assim como para que identifique na produção geral pelo trabalho os seus semelhantes. Dessa maneira, a formação de uma consciência de apropriação do trabalho e da produção seria a base da emancipação da sociedade.

Saviani (1994), compreende que a sociedade burguesa criou uma configuração

educacional dual, dividida entre uma escola para as elites, com a perspectiva de formação intelectual, e outra escola para os trabalhadores, voltada para a formação básica e/ou para atividades de trabalho manual. Entretanto, o autor destaca que da mesma forma com que durante a primeira revolução industrial o trabalho manual, em grande parte, foi passado para as máquinas, um novo movimento da sociedade burguesa encontra-se em andamento, com a possibilidade de transferir grande parte do trabalho intelectual para as novas tecnologias. De acordo com o autor, tal fenômeno pode desencadear a construção de uma nova configuração educacional, que rompa com o modelo antigo e crie uma escola unitária, que una trabalho e educação dentro da perspectiva do alcance das múltiplas potencialidades humanas. Esta seria uma das exigências para o desenvolvimento dos novos processos produtivos, demonstrando uma clara contradição do modo capitalista de produzir a vida e abrindo possibilidades para sua superação.

2.3 O potencial educativo de espaços de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES

Marx (2011), descreve o capitalismo enquanto um modo de produção baseado na acumulação, através da extração de mais valia, parcela do trabalho não pago, que é reinvestido em produtividade, o que aumenta a capacidade produtiva. Para o autor, essa ampliação das forças produtivas chama-se acumulação. Contudo, esta ampliação não se dá com base nas demandas sociais, mas sim para a valorização do capital, gerando uma necessidade ilimitada de ampliação da produção. Em contrapartida, com o aumento da produtividade, menos trabalhadores são necessários para atender às demandas de ampliação de produção. Tal fator gera uma quantidade crescente de desempregados e subempregados (exército industrial de reserva), o que pressiona a redução salarial e piora das condições de trabalho. Porém este aumento da produtividade tem como consequência a queda da taxa de lucro, que momentaneamente impossibilita a valorização capital, gerando crises, que logo são superadas por novos ciclos de prosperidade, os quais não solucionam tal contradição, mas apenas mascaram e adiam uma nova crise. O que se modificou após cada crise do capital não foi o modo de produção, mas sim o modo de acumulação, que a cada ciclo de superação buscou aumentar a exploração do trabalho.

De acordo com Engels (1987), ao vivenciarem as contradições do modo de produção capitalista no séc XIX, os socialistas utópicos compreenderam que a

autogestão poderia ser uma via de superação do capitalismo, através da organização da economia em um sistema cooperativo, no qual os empreendimentos possuiriam autonomia para mediar as relações de mercado. Segundo o autor, um desses utópicos, Robert Owen, realizou no séc. XVIII um experimento de destaque, por via cooperativa de trabalhadores. Em uma época na qual os direitos sociais praticamente inexistiam, Owen criou uma colônia com dois mil e quinhentos trabalhadores industriais, fornecendo educação gratuita a seus filhos e redução de jornada de trabalho de dezessete para dez horas. Contudo, as contradições do capitalismo do séc XIX abateram o projeto, que não conseguiu se manter devido à concorrência e custos.

Esta é uma consequência fundamentada por Luxemburgo (2005), que disserta acerca das possibilidades do Cooperativismo autogestionário no interior do sistema capitalista. Para a autora só há dois caminhos: ou a cooperativa abre mão de seus princípios e adere à concorrência capitalista, ou fatalmente perecerá, devido à concorrência de mercado. Singer e Souza (2003), analisa esta construção da autora e apontam que

A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a trabalhar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de especialistas. Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperado as condições de trabalho, mesmo quando essas continuam ainda deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e, portanto, estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante na rendição humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforçam o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva (SINGER, 2003, p. 18).

Compreende-se, portanto, que o Cooperativismo traz consigo a possibilidade pedagógica de organizar os trabalhadores para a autogestão, condição básica para a superação do capital. As condições de trabalho sob o princípio da autogestão superam as convencionais, pois a democratização da gestão possibilita este caminho e, ainda, cria uma possibilidade de fortalecimento contra o determinismo de precarização do trabalho, imposto pelo capital. Para Singer (2002), o Cooperativismo tem como

objetivo a redução da competitividade entre os entes dos processos produtivos através da organização da produção e do consumo, baseados na cooperação entre os sujeitos associados. Nestes empreendimentos, os próprios trabalhadores tornam-se responsáveis pela gestão do empreendimento, conceito denominado como Autogestão do Trabalho.

Singer (1999), pontua que para além do conceito de Cooperativismo, a ES, compreende uma diversidade de empreendimentos, sob a qual incluem-se bancos cooperativos, empresas, associações, clubes de trocas, dentre outros. Segundo o autor, tais empreendimentos são responsáveis por gerir atividades de agricultura, comércio de produtos primários, alimentação, serviços e demais, voltados prioritariamente ao atendimento de demandas sociais. Outro aspecto da ES, ressaltado por Gaiger et al. (1999), é a valorização do trabalho enquanto elemento central de tais empreendimentos, pois nesse formato organizacional a manutenção dos postos de trabalho é um ponto chave. Compreende-se a partir de tais elementos uma divergência primordial entre os formatos cooperativos e acumulativos de organização do trabalho. Enquanto os primeiros buscam o atendimento das demandas sociais, incluindo-se o direito ao trabalho, os segundos visam a valorização do capital acima do interesse social.

A natureza das relações de trabalho dos empreendimentos autogestionários de ES são também alvo de observação devido às suas características distintas do formato convencional capitalista. Tais relações, uma vez consolidadas, possuem potencial de modificar a compreensão dos trabalhadores acerca do conceito de trabalho e sua relação com o mercado, pois estes

[...] não cogitam voltar a trabalhar para um patrão ou a ficar sozinhos com um negócio próprio. Apesar de identificarem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de coproprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da autoestima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; viver o trabalho como algo digno e não como atividade penosa [...]. (Gaiger, et al., 1999, p. 36).

O potencial pedagógico da ES, acerca da compreensão da organização do trabalho pelos próprios trabalhadores, associação e democratização gestonária é um aspecto que necessita ser melhor investigado, pois neste ponto pode residir um

aspecto a ser desenvolvido para a organização e emancipação da classe trabalhadora. Neste sentido, ainda que no interior do modo de produção capitalista, a ES se aproxima da proposta descrita por Mészáros (2008), na qual o autor defende que a construção do socialismo deve se apoiar na união entre produtores livremente associados.

Considerando as conclusões de Antunes e Filgueiras (2020), acerca do atual contexto de acumulação flexível e reestruturação das relações de trabalho, a aprendizagem de formas autogestionárias de produção sugere grande potencial para auxiliar a reorganização dos trabalhadores enquanto força política e social. Neste cenário, a inclusão deste tema na formação para o mundo do trabalho, ofertada pela EPT, pode criar possibilidades educacionais para atingir este objetivo.

De acordo com Viana (2016), cada modo de produção elabora uma configuração educacional específica, que atenda às suas demandas. Para o autor, a educação formal foi criada pelo capitalismo para suprir sua necessidade de mão de obra qualificada de trabalho alienado e produção de mais-valia, parcela de riqueza produzida pelo trabalhador que não é a este ressarcida. Este formato de educação fortalece os valores sociais que reificam o trabalho assalariado. Em contrapartida, o trabalho cooperado, ainda que operado no interior do modo de produção capitalista, possui características que reduzem a distância entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Para Singer e Souza (2003), reside nesta diferença o potencial pedagógico da Autogestão do Trabalho, o de construir de maneira não formal o aprendizado acerca do funcionamento do modo de produção capitalista, suas contradições e possibilidades de superação.

Este aprendizado pode ser observado através das relações de trabalho cooperado vigentes. Por se tratar de um espaço não escolar e de não compreender uma estrutura curricular formativa certificadora, é possível assimilar a formação cooperativa enquanto uma possibilidade de educação não formal, quando efetivada para a capacitação de trabalhadores cooperados, assim como informal, através da construção e compartilhamento de valores e costumes desenvolvidos cotidianamente através das relações sociais nos ambientes autogestionários.

Um fenômeno pouco comum, porém, de grande relevância para a compreensão da educação não formal e informal em espaços de trabalho autogestionários, é o processo de recuperação de fábricas (HENRIQUES *et al.*, 2013; PIRES e LIMA, 2017). Devido à falência e/ou pagamento de dívidas trabalhistas,

algumas empresas e indústrias realizam acordos de transferência de seu patrimônio estrutural aos trabalhadores, a fim de sanar débitos. Ao assumirem a massa falida, por vezes os trabalhadores reorganizam a estrutura de trabalho, que anteriormente era hierárquica, passando a ser cooperativa e autogestionária.

A fim de compreender este fenômeno, Henriques, et al. (2013) demonstraram que, até o período abordado em seu estudo, havia 67 empresas recuperadas por trabalhadores – ERTs em operação no Brasil, com 11.704 trabalhadores associados. Os relatos de mudanças geradas pelas diferentes relações de trabalho aderidas após a instauração dos processos de autogestão são diversos. Dentre estas destacam-se: a superação da relação patrão-empregado; a ampliação das responsabilidades, compromisso e conseqüente motivação para a gestão da empresa; melhora do ambiente laboral através da gestão do horário de trabalho, realizado de forma conjunta entre os trabalhadores, o que por vezes gerou a redução de carga horária sem prejuízo da remuneração. Além da redução de carga horária de trabalho, a principal mudança relatada foi em relação ao ritmo do trabalho, pois este também passa a ser definido pelos próprios trabalhadores. Há também um destaque para os aprendizados construídos através da adoção do sistema de rodízio, ou seja, alternância de funções, o que segundo os pesquisadores proporciona uma compreensão integral do sistema produtivo e redução da alienação do trabalho. Em relação à participação das mulheres enquanto força de trabalho, após a recuperação das empresas houve maior ocupação feminina em postos de trabalho que antes eram operados apenas por homens, principalmente os cargos de gestão. Tal fator possui o potencial de gerar no efetivo laboral um grande aprendizado no tocante às relações sociais de gênero no trabalho, o que nas relações capitalistas competitivas, apesar das reificadas iniciativas recentes, ainda são um grande tabu. Os papéis de gestão, neste formato de trabalho, também assumem um significado diferente. Notou-se que a coordenação da produção foi ressignificada em regulação e acompanhamento para auxílio do trabalho em parte significativa dos empreendimentos. Após a adoção do regime cooperado, a maioria dos trabalhadores compreendeu que o papel dos coordenadores deveria ser o de incentivar o trabalho e gerir conflitos, não mais fiscalizar o alcance de cotas de produção. O estudo ainda relata que a autogestão destes empreendimentos também compreendeu a construção de assembleias gerais, realizadas através de reuniões entre os trabalhadores, a fim de compartilhar informações ou proceder a tomadas de decisões acerca da gestão do trabalho.

Para um trabalhador adaptado às regras gerais do trabalho hierárquico convencional capitalista, as mudanças acima apresentadas processam um aprendizado que modifica a forma com que este compreende o significado da palavra trabalho, pois a aproximação do trabalhador ao controle dos processos de sua produção o capacitam a enxergar a possibilidade de produzir a própria existência, o que para Kolakowsky (1985), é condição essencial de humanização, uma vez que ao determinar seu trabalho o produtor passa a se enxergar em sua produção e passa também a visualizar seus semelhantes na produção total coletiva, compreendendo genericamente sua existência.

Com gênese distinta das ERTs, alguns empreendimentos de pequeno a médio porte, criados sob desapropriação ou união de pequenas propriedades, também compõem o formato cooperado autogestionário a fim de gerir sua força de trabalho. É o caso das cooperativas agrícolas de agricultura familiar, objeto de estudo de Santos (2017), que analisou cinco cooperativas do estado de Goiás no intuito de compreender a competitividade de empreendimentos cooperativos frente ao mercado, sua metodologia de gestão, possibilidades de financiamento e benefícios gerados aos cooperados. Ao analisar as relações sociais dos cooperados, observou-se que os valores sociais de solidariedade e autoajuda se tornam vigentes nesta forma de organização do trabalho. Tais valores são assimilados através do desenvolvimento deste modo de produção, uma vez que de acordo com os próprios cooperados a associação entre os trabalhadores forma um senso coletivo de trabalho, conforme relatado no trecho abaixo através da fala de um trabalhador cooperado:

[...] Primeiramente a visão de como ver as coisas, compreender como que as coisas acontecem, como se consegue as melhorias para o produtor rural né, isso mudou muito. A forma de pensar, a forma de pensar não mais individualmente, mas pensar junto, não querer só pra mim, mas pra todo mundo. E assim quando eu consigo as coisas pros outros coletivamente eu estou conseguindo pra mim também. [...]. (SANTOS, 2017, p.40).

Além disso, o trabalho cooperado comumente atua enquanto educador não formal, através de capacitações ofertadas aos cooperados, e também informal, por meio do desenvolvimento das relações sociais, acerca das estruturas dos modos de produção, o que envolve a compreensão essencial do trabalho enquanto direito, não mais como mercadoria. A compreensão da coletividade da força de trabalho também é um aprendizado relevante desta forma de organização do trabalho, pois de maneira

distinta do formato competitivo, os trabalhadores cooperados compreendem que somente a ação coletiva consegue gerar benefícios relevantes para seu meio social.

[...] Eu acho importante porque através do Cooperativismo, o agricultor, ele passa a conhecer os seus direitos como agricultor e junto, ele tem mais capacidade para conquistar as coisas que eles precisam, melhorar a sua vida no seu dia a dia, né. Sozinho ele não consegue porque não é fácil a vida de agricultor, e quando ele está junto, sendo um cooperado, fica mais fácil pra ele conseguir até mesmo financiamento né, conseguir as coisas pra ele no seu dia a dia lá no campo, ele pode conseguir vários projetos através da cooperativa e esses projetos vêm e traz benefícios pra eles individual e coletivamente lá no campo [...]. (SANTOS, 2017, p.39).

Para além da abordagem comercial do trabalho cooperativo, o modelo autogestionário proposto pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, visa a capacitação política dos trabalhadores para sua efetiva compreensão estrutural do modo de produção capitalista e atuação direta para a construção de uma via superior de organização social. Este arranjo foi observado por Teixeira (2014), ao pesquisar a origem do movimento, seus objetivos e resultados. Segundo o autor, o MST busca a criação de uma grande rede cooperativa que aproximasse a realidade do campesinato brasileiro à do trabalho industrial mecanizado. A proposta defende que desta forma os trabalhadores aprenderiam através do desenvolvimento de uma consciência coletiva a dimensão de sua força de trabalho conjunta. Portanto, o MST tem como base a formação política de seus membros para a atuação no trabalho cooperado. Além disso, o movimento, de origem marxista, tem em vista o alcance de uma integração nacional de suas cooperativas, conforme o modelo proposto por Marx e Engels (1953), para que a produção cooperativa faça frente material à produção capitalista. Contudo, muitas dificuldades no percurso de seu desenvolvimento limitaram e ainda limitam o MST quanto à efetivação da oferta desta formação a seus membros. Ainda assim é reconhecido como um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil.

Contudo, é necessário evidenciar também o papel fundamental da Universidade junto à sociedade para atender às demandas da estruturação e organização da Autogestão do Trabalho. Tendo em vista esta temática, assim como a consideração da grave situação em que se encontravam os brasileiros que viviam do próprio trabalho no início dos anos 90, as ações de um movimento social destacaram-se ao tentar produzir vias alternativas de geração de trabalho e renda em

uma comunidade da periferia do Rio de Janeiro. De acordo com Guerra (2008), o movimento Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida - ACCMV, contando com a participação dos moradores, desenvolveu uma cooperativa popular na comunidade da Maré, a qual obteve resultados relevantes. Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ - COPPE se impressionaram com tais resultados e após detalhado estudo da situação decidiram organizar uma estrutura de assessoramento para empreendimentos similares, que operassem por meio de Cooperativismo e Autogestão do Trabalho para os trabalhadores mais precarizados. Dessa forma, foi criada a primeira ITCP do Brasil, que tinha o objetivo de utilizar da formação acadêmica universitária como base técnica de operação e assessoramento para tais empreendimentos.

Segundo Singer e Souza (2003), em 1998 o governo federal criou o Programa Nacional de ITCPs – PRONINC, com o objetivo de fomentar a criação de mais empreendimentos similares. O programa financiou seis novas incubadoras ao longo de dois anos em seis diferentes universidades federais. Somando-se às já existentes, o total de quatorze ITCPs decidiu se organizar em uma rede, para troca de experiências e soluções de problemas. Atualmente esta rede conta com trinta e sete incubadoras, que incentivam a ES através de ações de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Atualmente, as ações de incubação acadêmica têm sido objeto de estudo, alguns dos quais, de acordo com Gandolfi et al. (2019), sugerem que atividades como a criação de empreendimentos de ES, realização de minicursos e oficinas de formação, dentre outras iniciativas, são ações que podem ser inseridas nos PPCs por meio da curricularização da extensão para atender a tais demandas.

2.4 Capitalismo e Cooperativismo de plataforma

Uma das características centrais do modo de produção capitalista é o trabalho assalariado, o qual de acordo com Ferla e Andrade (2007) opera sob um formato em que o trabalhador se submete a uma jornada de trabalho com atribuições e ritmo de produção definidos pelo proprietário do empreendimento. Nesta configuração laboral, o trabalhador, em geral, não possui o controle do que está produzindo e por vezes não compreende as razões desta produção, apenas executa o trabalho para receber seu salário e suprir sua subsistência. Para Marx (2011), este modo de produção opera através do acúmulo de riqueza extraída do trabalho assalariado, denominada mais-

valia, associado ao aumento de produtividade gerado pelo avanço tecnológico. O autor destaca que tal processo periodicamente produz excedentes de produção e desemprego estrutural, cenário que resulta em crises econômicas, as quais sempre demandam reestruturações para sobrevivência deste modelo produtivo.

A exemplo disso, Antunes e Filgueiras (2020) destacam que após a crise econômica mundial de 2008 diversos países têm aplicado em suas economias um receituário de redução de direitos trabalhistas, cortes salariais e flexibilização do trabalho, uma condição que em linhas gerais aumenta as cargas horárias laborais. Tal situação, de acordo com os autores, vem aumentando os lucros de determinados grupos econômicos e ampliando a exploração do trabalho em geral, em um processo denominado uberização do trabalho, termo este que se refere ao modelo de gestão da empresa UBER, pioneira neste formato laboral sem vínculos trabalhistas, também conhecido como capitalismo de plataforma, devido à sua estruturação em aplicativos por meio de plataformas digitais.

Para Antunes (2020), após a crise de 2008 as relações de trabalho vêm se reificando de tal maneira a ponto do trabalhador se compreender enquanto empresário de si próprio, por prestar serviços sem possuir vínculo de trabalho, apesar de depender do assalariamento de maneira indireta, sem garantias legais. O autor ressalta que em 2019 no Brasil, quando a população de trabalhadores era de cerca de 95 milhões de pessoas, 40% (38 milhões) destes encontravam-se na informalidade e aproximadamente 5,28% (cinco milhões) aderiram à Uberização.

Contudo, a luta dos trabalhadores em alguns países tem gerado um contrapeso a estas relações de trabalho precárias. De acordo com Paraíso (2021), no ano de 2016, dois motoristas do aplicativo UBER do Reino Unido impetraram uma ação contra a empresa através de um tribunal do trabalho, alegando que devido às relações de trabalho impostas a configuração laboral não seria de trabalho autônomo, sugerindo vínculo empregatício permanente com a empresa. Após todo o desenrolar do processo, a suprema corte britânica determinou em 2021 que a UBER deveria conceder a todos os motoristas do aplicativo do Reino Unido os mesmos direitos que a lei do país concede a outros trabalhadores, como salário mínimo, férias remuneradas, aposentadoria, licença maternidade e paternidade (BUTLER, 2021). Esta decisão foi resultado de uma das primeiras ações judiciais no mundo neste

sentido, contudo várias outras já se encontravam em andamento em diversos países. Em 2020 a mais alta instância de justiça da França também reconheceu que os trabalhadores do aplicativo UBER estavam subordinados às decisões da empresa, pois não podiam determinar o valor a ser cobrado pelas corridas e nem se negar a aceitar passageiros, o que segundo a corte retira os critérios necessários para configuração de trabalho autônomo, dentre outras argumentações (FRANÇA, 2020).

Nos EUA, devido ao fato de cada estado ter autonomia para determinar sua legislação de trabalho, há disparidades normativas entre as regiões. A exemplo disso, em 2019 a justiça do trabalho do estado da Califórnia aprovou uma lei denominada “Assembly Bill 5” (CALIFÓRNIA, 2019), que concedeu aos trabalhadores de aplicativos de transporte os mesmos direitos trabalhistas dos demais trabalhadores do estatuto assalariado, dando a estes garantias como salário mínimo e seguro desemprego. Conforme ressalta Paraíso (2021), em São Francisco e Nova Iorque também foram impetradas ações buscando garantir direitos aos trabalhadores de aplicativos de transporte, medidas que levaram a UBER a suspender suas atividades na Califórnia. A autora acrescenta que em seguida a empresa impetrou uma ação que resultou em um referendo popular, o qual decidiu que aplicativos de transporte não seriam obrigados a conceder direitos trabalhistas aos motoristas, medida que desconsiderava o vínculo empregatício destes com as empresas. Contudo, uma brecha legal permitiu a garantia de piso salarial e voucher de seguro saúde aos trabalhadores no estado da Califórnia. Em Nova Iorque, o poder legislativo determinou a concessão de salário mínimo e limite de licenças para motoristas de aplicativo (COMARELLA, 2019).

No Brasil a justiça do trabalho tem se demonstrado contraditória em relação ao tema, pois alguns tribunais regionais do trabalho reconheceram a relação de subordinação dos trabalhadores a empresas de transporte como a UBER (BRASIL, 2020a), enquanto o Tribunal Superior do Trabalho determinou que não havia subordinação ou vínculo empregatício (BRASIL, 2020b). Porém é necessário enfatizar que ocorre uma movimentação mundial recente no sentido do reconhecimento de vínculo empregatício entre os motoristas e os aplicativos de transporte.

Como alternativa a este cenário, diversas iniciativas têm sido tomadas com o intuito de democratizar o trabalho de plataformas digitais. Para compreender este

fenômeno, Fuster Morrel et al. (2021) analisaram a criação de empreendimentos colaborativos europeus, operados por meio de aplicativos, denominados cooperativas de plataforma. Os autores analisaram estudos acerca de empreendimentos cooperativos das áreas táxi, estadia de curto prazo, entrega de alimentos e serviços domésticos. Os autores concluíram que tais empreendimentos se organizaram em torno dos princípios do Cooperativismo, como a livre associação e autogestão, tendo como prioridade a melhora das condições de trabalho de seus trabalhadores, impacto social positivo, sustentabilidade econômica, responsabilidade ambiental e igualdade de gênero. A título de comparação, os autores destacam que a empresa de plataforma capitalista Airbnb, responsável por ofertar aluguéis de estadia de curto prazo por meio digital, tinha como concorrente cooperativo a Fairbnb, um aplicativo colaborativo que fornece estadias nas cidades de Valência, Barcelona, Bolonha, Veneza, Gênova e Amsterdam. Para os autores, uma das diferenças fundamentais entre tais empreendimentos encontra-se em seus objetivos. Enquanto a Airbnb visava fornecer o benefício econômico para seus usuários por meio da redução dos custos de estadias em comparação aos hotéis, a Fairbnb, além de se organizar sob os princípios do Cooperativismo, buscava também a promoção das relações sociais entre seus clientes.

Ao analisar relatos dos trabalhadores de aplicativos, Martinelli et al. (2019), destacam que, em comparação ao capitalismo de plataforma, o Cooperativismo de plataforma consegue proporcionar melhores condições de trabalho e viabilizar a gestão democrática da produção, fator também descrito por Charles et al. (2020) e Fuster Morrel e Espert (2019), que observaram este fenômeno em empreendimentos digitais de serviços de saúde, desenvolvimento de softwares, agroecologia, turismo, cultura, reciclagem, dentre outros. Tais achados refletem como a luta de classes se expressa no contexto atual do mundo do trabalho, a partir de suas condições concretas. Tendo em vista este cenário, é possível compreender que a apropriação tecnológica por parte dos trabalhadores é condição essencial para sua emancipação e consequentes conquistas em busca de melhores condições de vida.

2.5 EPT: princípios e possibilidades

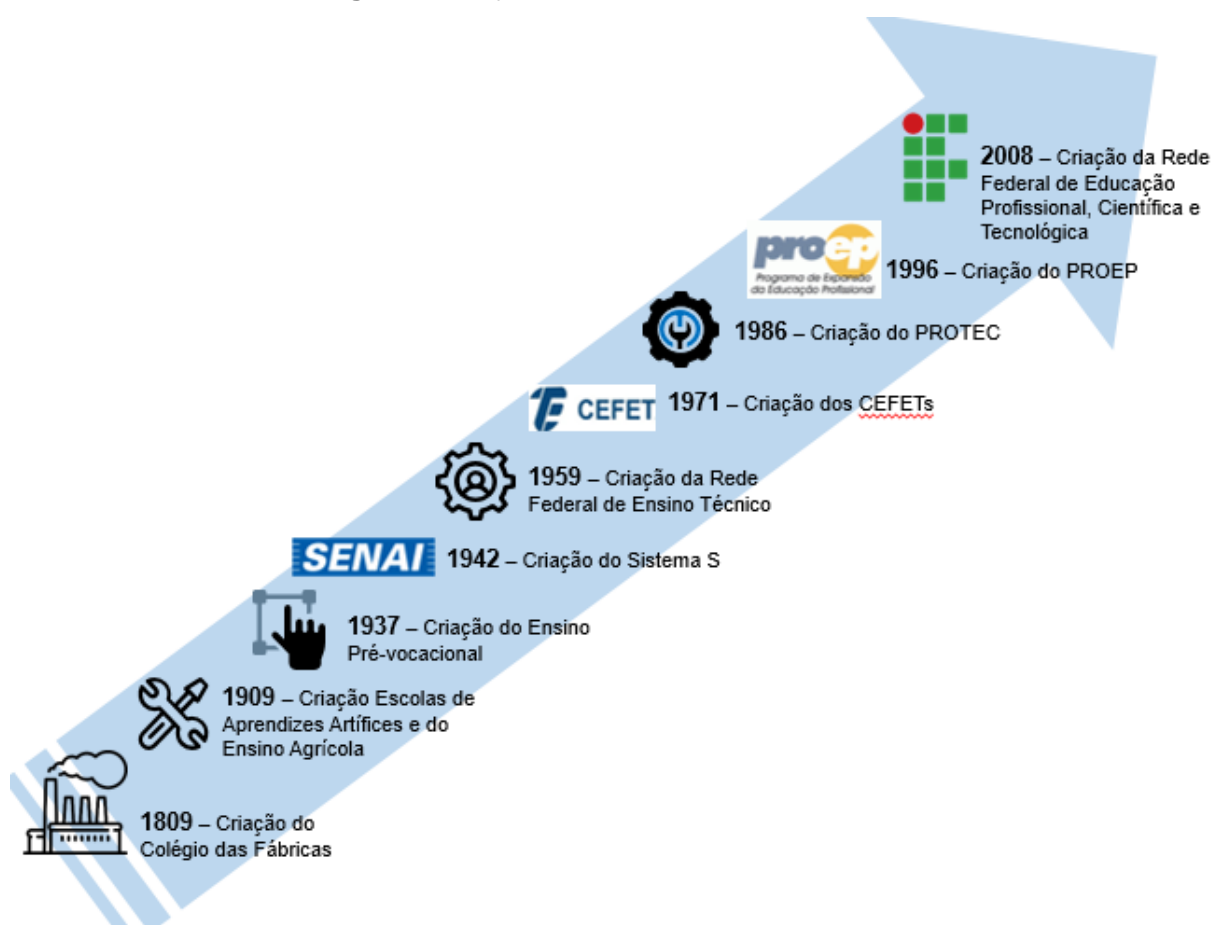
Desde sua criação a EPT brasileira é objeto de uma disputa, que varia de acordo com as mudanças das forças produtivas do país. Por desenvolver uma formação voltada para o trabalho, a EPT sempre foi um dos pilares da dualidade

educacional brasileira, na qual, de acordo com Ramos et al. (2012), ocorre a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, exposta pela fragmentação entre ensino médio propedêutico e profissionalizante. Contudo, os movimentos da sociedade podem ressignificar e reconstruir estes pilares.

Ramos (2014) destaca que a construção da EPT no Brasil é um processo de mais de 200 anos. A autora ressalta que a primeira iniciativa voltada para o ensino profissionalizante brasileiro foi a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, pelo então Príncipe Regente Dom João VI. Esta instituição era voltada ao atendimento de crianças pobres, órfãs e abandonadas, que eram iniciadas no ensino de determinados ofícios e letramento, o que evidencia um aspecto assistencialista deste primórdio da educação profissional no Brasil. A autora complementa esta trajetória abordando o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, o que influenciou em 1909 o governo do presidente Nilo Peçanha a criar, em várias entidades da federação, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices e do Ensino Agrícola. Tais Escolas eram destinadas para a preparação da força de trabalho demandada pela gênese do capitalismo brasileiro. Em seguida, a autora destaca que durante a década de 1930 o país passava por um salto em seu desenvolvimento industrial, o que criou a necessidade de adaptação para a educação profissional. Neste sentido, em 1937, o Governo Vargas criou o ensino pré-vocacional, voltado para a aprendizagem de ofícios industriais. De acordo com Pandolfi (1999), durante este período, conhecido como Estado Novo (1937-1945), foi instituída uma parceria entre o governo e agremiações de setores empresariais, denominada Sistema S. A autora aponta que tal instituição se iniciou com a criação do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1942, o qual passou a fornecer educação formal para o trabalho em espaços físicos próprios do Sistema S, sob o fomento financeiro do governo federal. A criação do Sistema S ampliou o controle empresarial sobre as demandas do ensino voltado para o trabalho, com o intuito de atender aos interesses do mercado, em relação à formação de mão de obra qualificada. Devido ao contínuo desenvolvimento industrial brasileiro, que seguiu nas décadas seguintes, em 1959 a educação profissional foi reorganizada. O decreto nº 47038 de 16 de novembro de 1959 criou então a Rede Federal de Ensino Técnico, tornando as escolas profissionalizantes já existentes em autarquias. Em 1971, algumas destas escolas foram convertidas em CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica, a fim de atender às novas relações de produção que se instauraram no Brasil após o golpe de 1964. Tal

configuração permaneceu vigente até o ano de 1986, no qual, durante o governo Sarney, foi realizada uma tentativa de criar duzentas escolas técnicas industriais e agrotécnicas, vinculadas aos CEFETs, pelo PROTEC - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, o qual tinha como meta principal a qualificação dos trabalhadores para a geração de emprego e renda, em um período de forte recessão e desemprego. Contudo, até 1993, apenas 11 destas escolas tinham sido concluídas. Já em 1996 ocorreu uma nova reestruturação do ensino profissionalizante no Brasil, através da criação do PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, que dentre suas metas visava tornar as instituições federais de educação tecnológica em centros de educação profissional. Porém, no ano de 2008 a última atualização da EPT, que se deu através da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), instituiu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tornando os CEFETs e demais escolas federais tecnológicas em Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFs.

Figura 1: Trajetória da EPT no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Atualmente a EPT no Brasil é ofertada por instituições públicas e privadas, a níveis municipal, estadual e federal, sendo considerada uma modalidade educacional que engloba cursos de formação inicial e continuada, profissional técnica de nível médio, assim como profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Para Ramos et al. (2012), o termo tecnologia, aqui colocado, revela um novo significado a esta modalidade educacional, possibilitando a construção de uma educação capaz de unir trabalho, ciência, cultura e educação. Segundo Dallabona e Fariniuk (2016), a expansão da Rede Federal de EPT, iniciada em 2008, possibilitou que esta educação tecnológica chegasse a todas as regiões do Brasil, inclusive nos interiores, ampliando consideravelmente a oferta de cursos de nível médio e superior. Esta ampliação trouxe consigo vários desafios, que avançaram de acordo com os movimentos da sociedade brasileira e suas demandas.

Ramos (2014) evidencia que a EPT possui ligação fundamental com as forças produtivas e o modelo econômico do meio social que a produz. De acordo com Fernandes (2006), no Brasil, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ocorreu de maneira dependente do capital estrangeiro, durante o séc. XX, o que tornou o país um satélite dos centros capitalistas, com pouca ou quase nenhuma autonomia no tocante à produção científica e tecnológica.

Tal processo gerou reflexos nas políticas públicas da EPT no Brasil, o que para Ramos (2014), apesar de sua expansão, tornou esta modalidade educacional um elemento à serviço do capitalismo dependente. A autora destaca que atualmente a principal instância responsável pelas diretrizes da EPT é o CNE - Conselho Nacional de Educação, entidade composta por representantes de setores diversos da burguesia brasileira, assim como de representantes da própria EPT e da educação em geral. O CNE representa uma expressão da disputa de classes na educação, na qual, em suma, um lado atua para atender aos interesses do modelo capitalista brasileiro, enquanto outro busca atender aos interesses das demandas sociais da classe trabalhadora no tocante à educação.

Por outro lado, Pacheco (2015) afirma que a Rede Federal de EPT possui ligação com os arranjos produtivos locais e regionais e a geração de emprego e renda, através da produção de conhecimento e tecnologia voltados para atender às demandas das comunidades nas quais os IFs se instalaram após sua expansão. Para o autor, esta íntima ligação entre os Institutos e as comunidades revela um aspecto

importante para o desenvolvimento das forças produtivas do Brasil, através do desenvolvimento humano integral de seus cidadãos, formados para o mundo do trabalho.

A concepção de EPT voltada para suprir tais demandas considera a formação humana integral, princípio destacado por Appio et al. (2020), que pressupõe o desenvolvimento pleno das diversas capacidades humanas, através do acesso integrado a distintas áreas de conhecimentos. Tal princípio possui ligação direta com a idéia de omnilateralidade, a qual de acordo com Gramsci (2004), seria essencial para o desenvolvimento da emancipação e autonomia dos discentes, o que os capacitaria para romper com a dualidade social de classes, reforçada no modo de produção capitalista pela dualidade educacional, que separa a educação para o trabalho manual da educação para o trabalho intelectual. A proposta do autor foi a criação de uma escola única de trabalho, a escola unitária, que uniria a formação humana geral com a formação para o trabalho produtivo, a qual atenderia às demandas sociais. Na educação brasileira o Ensino Médio Integrado - EMI possui aspectos que se aproximam desta proposta, modalidade que para Silva (2020), traz consigo a possibilidade de articular o Ensino Médio com a formação profissional, não apenas unindo conteúdos, mas integrando-os, através da organização curricular, no intuito de associar cultura, trabalho, humanismo, ciência e tecnologia. Tal proposta tem dentre seus objetivos capacitar o discente para que se aproprie da fundamentação tecnológica acerca dos processos produtivos, utilizando o trabalho enquanto princípio educativo. Este objetivo é parte fundamental para criar alternativas à dualidade educacional no Brasil, conforme descrito por Ciavatta e Ramos (2011), para as quais

O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. (CIAVATTA E RAMOS, 2011, p.31)

Devido a seu aspecto multilateral, Frigotto et al. (2014) destacam que o alcance da omnilateralidade é viabilizado através de um planejamento curricular inter e transdisciplinar, que vise a integração de conhecimentos pertinentes à realidade concreta do estudante. Entretanto, com vistas a enriquecer a matriz curricular da EPT

no sentido aqui elucidado, é necessário questionar sobre a maneira com que o trabalho enquanto princípio educativo vem sendo abordado nas práticas curriculares. De acordo com Ramos (2014), as diretrizes da EPT sugerem a abordagem do trabalho enquanto princípio educativo para auxiliar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, da intervenção do homem na natureza para produção de sua realidade e alcance de suas potencialidades. Porém a forma de organização do trabalho no modo de produção capitalista tende a reforçar os limites impostos pelo capital na sociedade. Ainda que a EPT aborde esta temática, a reprodução dos valores sociais, por outras vias educacionais, sejam elas formais, não formais ou informais, limitam o alcance da prática da omnilateralidade na vida social. A EPT no Brasil está, portanto, inserida no contexto da luta de classes.

Mészáros (2008), analisa que uma mudança substancial na educação da sociedade capitalista somente seria possível através da mudança estrutural da mesma sociedade. Contudo, segundo o autor, a educação pode desempenhar um papel fundamental para uma transição social, através da abordagem didática acerca de exemplos materialmente possíveis de uma sociedade futura sustentável. Esta abordagem, denominada pelo autor como expedientes mediadores, se baseia na criação de princípios que orientem a sociedade para a adoção de valores e conhecimentos capazes de promover tais mudanças. Dentre as possíveis temáticas desta metodologia, é necessário destacar que a Autogestão do Trabalho de empreendimentos de ES e o Cooperativismo, possuem grande potencial de efetivar um expediente mediador.

De acordo com Singer (2002), a Autogestão do Trabalho é uma forma concreta de controle direto dos trabalhadores de sua produção, além de torná-los responsáveis pela organização da dinâmica de seu trabalho. O autor destaca que esta atividade, diferente da organização competitiva do modo capitalista, pode ser considerada um princípio educativo que utiliza o trabalho para ensinar a sociedade a superar as contradições do capital, através de uma organização cooperativa e solidária de trabalho. Este aprendizado requer

[...] que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois, o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de

decisão. (SINGER, 2005, p.16)

Dessa forma, a abordagem do trabalho enquanto princípio educativo, descrito como princípio da EPT, ao adotar os elementos pedagógicos do trabalho autogestionário, com o intuito de possibilitar aos discentes, além da compreensão das contradições da atual sociedade, visualizarem uma possibilidade efetiva de prática social emancipadora em seu sentido politécnico e omnilateral, possibilitaria no mínimo um despertar para a curiosidade, pois

[...] a partir da prática autogestionária potencializada pela economia solidária, os trabalhadores compõem uma condição de sujeito econômico, social e político que considera a reprodução social da vida frente às regras das relações capitalistas de produção. Percebe-se aí um processo pedagógico que produz novas representações de mundo que precisa ser compreendido e reconhecido, tendo em vista o potencial emancipatório do trabalho associado e autogestionário. (ADAMS & SANTOS, 2013, p 260-261)

O alcance da omnilateralidade através da educação formal perpassa diversos processos. Dentre estes, a complementaridade fornecida pela educação não formal, conforme descrito por Gohn (2006), possui grande relevância, pois pode inserir o discente da EPT em uma realidade de compartilhamento coletivo de conhecimento como a Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES, seja por uma possível adoção dos princípios autogestionários nas práticas curriculares, ou até mesmo por inserção dos discentes em experimentos diretamente não formais nos espaços autogestionários.

Conforme observado por Pelissari e Nascimento (2020), os modelos laborais de ES seguem princípios que se aproximam dos adotados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como o trabalho enquanto princípio educativo e a formação humana integral. Entretanto, os autores destacam que a relação entre a EPT e ES no Brasil ainda é débil, devido à baixa quantidade de experiências pedagógicas de EPT que oferecem formação para trabalhadores atuarem em empreendimentos de ES.

Contudo, esta relação entre educação e ES também possui precedentes em outros países, como por exemplo no México. Margarita e Argelia (2016) descrevem que no estado de Oaxaca, uma região que se encontrava em um contexto de severos problemas sociais, ambientais e econômicos, uma iniciativa curricular de um curso de mestrado propôs intervenções concretas na realidade local. Os autores destacam que

o curso de Mestrado em Gerenciamento de Projetos Para o Desenvolvimento Solidário, desenvolvido pelo IPN - Instituto Politécnico Nacional, tinha o objetivo de sanar o problema do desemprego da região a partir do atendimento às demandas sociais. Para tanto, o currículo do curso foi construído em 2013 a partir de uma metodologia interdisciplinar, voltada para a solução de problemas do contexto regional. O curso, que segue vigente, prepara professores com conhecimento em ES, trabalho cooperativo e gestão democrática para gerenciamento de projetos nas áreas de segurança alimentar, recursos hídricos e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de construção civil, a fim de atender às comunidades urbanas e rurais. O desenvolvimento curricular é flexível e voltado para as necessidades do estudante, de maneira a assistir às carências de cada projeto a ser desenvolvido. O currículo deste programa de mestrado possui um aspecto auto reestruturante, devido às constantes atualizações de objetos de pesquisa, que possuem relação direta com o surgimento de novas demandas sociais. A estruturação curricular dos cursos de EPT da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil possui certa similaridade com este exemplo, entretanto, a partir de tal metodologia de desenvolvimento curricular é possível inferir que a EPT no Brasil poderia se voltar de maneira mais efetiva para a resolução dos problemas locais e regionais.

2.6 Extensão acadêmica

A extensão é uma forma histórica de contato da comunidade acadêmica com o mundo que a cerca. Um espaço onde os sujeitos sociais mais diversos têm a possibilidade de contato com a produção científica universitária. Porém, este também é um espaço de comunicação e de troca de saberes, no qual o conhecimento e as demandas populares adentram a universidade. De acordo com Nunes e Silva (2011), esse diálogo entre universidade e sociedade é de suma importância para que o ensino e a pesquisa sejam influenciados pelas necessidades sociais, tornando a produção científica um instrumento a serviço das comunidades.

A extensão é também uma modalidade de conhecimento que envolve uma série de atividades das instituições de EPT e das Universidades. De acordo com Santos, Rocha e Passaglio (2016), a extensão é considerada uma atividade que promove o contato entre a comunidade acadêmica e sociedade, através de ações específicas, como cursos, programas, projetos e demais eventos. Entretanto, Pires da Silva (2020) compreende a extensão para além deste conceito. Para o autor a

extensão é um espaço de troca de saberes entre a academia e o meio social em que esta se insere, a fim de compreender as demandas sociais e produzir novos conhecimentos, voltados para tal público. Dessa forma, a extensão pode ser considerada uma ferramenta de inserção da sociedade nas instituições de EPT e Universidades, de maneira que exerça influência sobre a produção científica e tecnológica.

O Plano Nacional de Educação de 2001, com duração de 2001 a 2010, aprovado na Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, foi um importante marco legal para a curricularização da extensão. Neste documento foi assegurado que, no mínimo, 10% dos créditos dos cursos regulares de graduação sejam realizados através de atividades de extensão (BRASIL, 2014). Esta meta foi reforçada pelo PNE de 2014, que compreende que um dos intuitos desta medida, é reduzir a evasão escolar do ensino superior. De acordo com o PNE de 2014 a atuação das ações de extensão deveria ser prioritariamente em áreas de maior impacto social. Não foi citado no plano um prazo específico para atingir esta meta, contudo subentende-se que o prazo de vigência do PNE 2014-2024 serviria como marco temporal desta implementação. Porém, a resolução nº7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que trata de diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, impõe um prazo de 3 anos a partir de sua publicação para que a curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs ocorra.

2.7 Curricularização da extensão

A Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última compreendida pelo Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001), aprovado pela Lei nº10.172 de 2001, como uma forma de aprendizagem para os cursos de graduação. Dentre as metas do PNE de 2001 destaca-se a de nº 23, que no tocante à extensão do ensino superior determina:

23) Implantar o Programa de Desenvolvimento de Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (BRASIL, 2001)

Dessa forma, se um curso possui 4000 horas de atividades para sua conclusão, no mínimo 400 horas deverão ser destinadas às atividades de extensão.

A fim de viabilizar a execução desta demanda, o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) estabeleceu a curricularização da extensão enquanto uma das estratégias da meta 12, prevista no item 12.7, que determina:

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014)

De acordo com Imperatore et al. (2015), essa estratégia do PNE 2014-2024 traz às instituições de ensino superior a possibilidade de se conectarem de maneira mais aprofundada com as regiões e comunidades nas quais se inserem, a fim de cumprirem de forma integral sua função de atendimento às demandas sociais.

Entretanto, por ser um processo relativamente novo, ainda há muitas dúvidas sobre como, de fato, realizar a curricularização da extensão.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEXT (2022), entidade vinculada ao CONIF – Conselho Nacional das Instituições de Educação Federal Profissional, Científica e Tecnológica, a curricularização da extensão se dará através da inserção de projetos e programas de extensão nas matrizes curriculares dos cursos, sendo observada suas respectivas caracterizações nos PPCs – Projetos Pedagógicos de Curso. De acordo com a referida entidade, a curricularização da extensão pode ser operada na matriz curricular de um PPC das seguintes maneiras:

a) Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão: trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão nos componentes curriculares não específicos de extensão, previstos no PPC. Nesse caso, estamos tratando de planejar atividades de extensão como metodologia desses componentes.

b) Como componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes (FORPROEXT, 2022).

Dessa forma, a curricularização pode ocorrer no direcionamento de atividades de extensão enquanto parte da carga horária de uma disciplina de ensino regular, ou ainda enquanto a proposição de componentes curriculares específicos e exclusivos de extensão, com carga horária própria. Contudo, o FORPROEXT (2022) ressalta que atividades extracurriculares de extensão também podem ser aproveitadas a fim de cumprir a carga horária curricular de atividades de extensão, competência que fica a critério das instituições. As alterações e adaptações dos PPCs para a curricularização da extensão são responsabilidade do corpo docente de cada curso.

O FORPROEXT (2022) recomenda que o itinerário para a curricularização da extensão considere algumas etapas. A primeira delas é a sensibilização, que corresponde a um debate amplo realizado com as comunidades interna e externa e realização de um processo formativo que leve à compreensão, de elementos essenciais à curricularização, como a interdisciplinaridade, formação integral, conceito de extensão, currículo integrado, legislações e metodologias correlatas. Em seguida o Fórum sugere que se realize a etapa de implantação, que é um processo que dá continuidade ao trabalho de sensibilização e de formação da comunidade acadêmica, culminando na realização de atividades de extensão no âmbito do percurso formativo dos cursos ofertados pelos campi. Tal etapa requer o mapeamento da realidade do câmpus, definição de diretrizes curriculares, experimentação, alteração dos PPCs, organização de processos administrativos para regularizar as atividades a serem curricularizadas e a definição dos processos de avaliação de tais atividades. Por fim, deve ser realizada a etapa de efetivação, que necessita de estratégias indispensáveis à qualificação e à consolidação da curricularização da extensão e do seu papel na formação dos estudantes e no cumprimento da missão institucional. Tal etapa demanda a formação adequada de servidores, aproximação da instituição junto às comunidades participantes, divulgação dos resultados das atividades de extensão para apreciação das comunidades envolvidas e acompanhamento dos egressos para analisar a influência do processo de curricularização da extensão em suas respectivas trajetórias.

Algumas instituições de ensino já estão se adequando a essa normativa. A exemplo disso, o IFSC vem executando desde 2015 tais ações, através de projetos e programas pré-estabelecidos nos PPCs para a formação dos alunos. Conforme elucida Frutuoso (2020), parte da carga horária dos cursos foram divididos em Ead,

ensino, atividades de pesquisa e atividades de extensão. O autor ressalta que no IFSC os alunos de determinado curso podem participar de projetos e programas de outros cursos da mesma ou de outra instituição. Tais cursos podem ser validados pela sua respectiva coordenação através da apresentação do certificado. Os projetos e programas não precisam estar determinados e especificados na ementa. Nesta é necessário conter a carga horária de extensão.

O processo de curricularização da extensão, adotado pelo IFSC, foi o seguinte:

Figura 2: Processo de curricularização da extensão adotado pelo IFSC.



Fonte: (IFSC, 2019).

Esses 4 pontos ocorrem de forma cíclica, executados de maneira periódica e retroalimentável, o que proporciona ao processo de curricularização da extensão citado uma atualização contínua, que correlaciona as ações de extensão do IFSC com a sociedade ao seu redor. Tal dinâmica possibilita a prática de um princípio da Rede Federal de EPT, considerado por Pacheco (2015) como inovador: a capilaridade e adequação aos arranjos produtivos locais e regionais por parte dos IFs. Esta adequação viabiliza um elemento chave da extensão acadêmica, que é a práxis do atendimento às demandas sociais pelo universo acadêmico.

Figura 3: Exemplo de matriz curricular que já passou pelo processo de curricularização da extensão.

Fase	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH Extensão	CH Total
1ª	Turismo e Hospitalidade	36	12	12		60
1ª	Economia do Turismo	36	12	12		60
1ª	Segmentos Turísticos	36	12	12		60
1ª	Linguagem e Comunicação	36	12	12		60
1ª	Roteiros Turísticos 1	36	12	12		60
	Carga Horária da fase	180	60	60		300
2ª	Gestão de Marketing	36	12	12		60
2ª	Gestão de Custos	48	16	16		80
2ª	Análise de Dados no Turismo	22	10	8		40
2ª	Atividades de Extensão I				60	60
2ª	Organizações Turísticas	36	12	12		60
2ª	Políticas Públicas do Turismo	22	10	8		40
	Carga Horária da fase	164	60	56	60	340
3ª	Técnicas de Pesquisa em Turismo	22	10	8		40
3ª	Enoturismo	36	12	12		60

Fonte: Adaptado de IFSC (2019).

Tendo em vista a consolidação deste processo, é essencial avaliar a efetividade da curricularização da extensão nos cursos. Para tanto é interessante observar o exemplo adotado pelo IFSC, que desde o ano de 2015 utiliza os seguintes questionamentos para a avaliação da efetividade deste processo: Qual a carga horária das atividades? As atividades de extensão cumprem os 10% de carga horária total do curso, exigido pelo PNE 2014-2024? Há unidade curricular específica de extensão? Há unidade curricular não específica de extensão? As atividades específicas de extensão são de projetos ou programas interdisciplinares? As áreas de impacto das atividades são de grande relevância social? As atividades propostas apresentam integração entre ensino, pesquisa e extensão? É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno que o Câmpus se insere? É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno e o perfil dos egressos?

Após esta análise ocorre a retroalimentação do processo, que é periodicamente atualizado a partir de novas demandas que surgem para a curricularização da extensão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo analisou as possibilidades de inserção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT, com foco na efetivação do

trabalho enquanto princípio educativo e auxílio ao alcance da omnilateralidade. Para tanto, a abordagem metodológica utilizada foi a de Pesquisa Exploratória Qualitativa, na qual, de acordo com Gil (2007), busca-se a compreensão do problema através da construção de hipóteses, utilizando levantamento bibliográfico e entrevistas com indivíduos envolvidos com o problema. Tendo em vista a natureza do objeto pesquisado, a forma de investigação também abordou o formato de Pesquisa-Ação, estratégia que, segundo Tripp (2005), se diferencia de formas tradicionais de fazer pesquisa, pois intervém ativamente no objeto a fim de compreender sua essência, inserindo o pesquisador no estudo para que este possa compreender as estruturas do problema e planejar alterações para sua resolução.

3.1 Desenho da pesquisa

A primeira etapa consistiu na aplicação de um questionário on line, via google forms, para conhecer o perfil da comunidade interna quanto às suas realidades acadêmicas e laborais, assim como conhecimentos prévios sobre as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. Inicialmente os participantes foram questionados quanto às suas áreas de formação acadêmica e escolaridade.

Dessa forma, foi realizado um levantamento de dados junto aos 630 discentes e 125 servidores do IFG - Câmpus Formosa e desta amostra, 89 indivíduos responderam ao questionário, sendo destes 26 Técnicos Administrativos em Educação, 19 Docentes, 40 Discentes, 3 Egressos e 1 Estagiária interna em assistência educacional do IFG, todos maiores de idade. Este levantamento coletou informações para compreender o perfil da comunidade interna no tocante à suas vivências no mundo do trabalho e do nível de relação prévia dos participantes com os temas “Autogestão do Trabalho”, “Cooperativismo” e “Economia Solidária”, assim como de sua compreensão acerca da viabilidade destas temáticas para a EPT.

Ao final do questionário os participantes puderam optar por se inscreverem em uma oficina formativa acerca das temáticas abordadas no questionário. Foi constatado que 27 participantes, todos maiores de idade, possuíam interesse em participar das próximas etapas: oficina de formação em Autogestão do Trabalho para a EPT e avaliação do produto educacional.

A oficina durou cerca de duas horas e contou com a participação de 19 indivíduos, sendo 9 discentes, 2 docentes, 6 técnicos administrativos, 1 estagiária e 1 egresso. Foi realizada de forma demonstrativa-explicativa, com momentos de

interação, dentre os quais, inicialmente foi construído pelos participantes uma nuvem de palavras sobre sua compreensão acerca da palavra trabalho. No primeiro momento a oficina abordou o conceito de trabalho em Marx, sua historicidade e relação com os distintos modos de produção, assim como a relação entre trabalho e educação. Também foram abordados os conceitos de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. Após uma pequena pausa, iniciou-se a segunda etapa da oficina, que tratou de exemplificar como operam a Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES no Brasil e no mundo, demonstrando também de que forma este fenômeno se demonstra na cidade de Formosa-GO e região. Por fim, foram abordadas as possibilidades que a EPT possui para fomento destes temas e sua relevância para a formação de seus discentes. Em determinados momentos da oficina ocorreram períodos para questionamento e discussões, tendo ao final um espaço para retorno e reflexão acerca das temáticas abordadas.

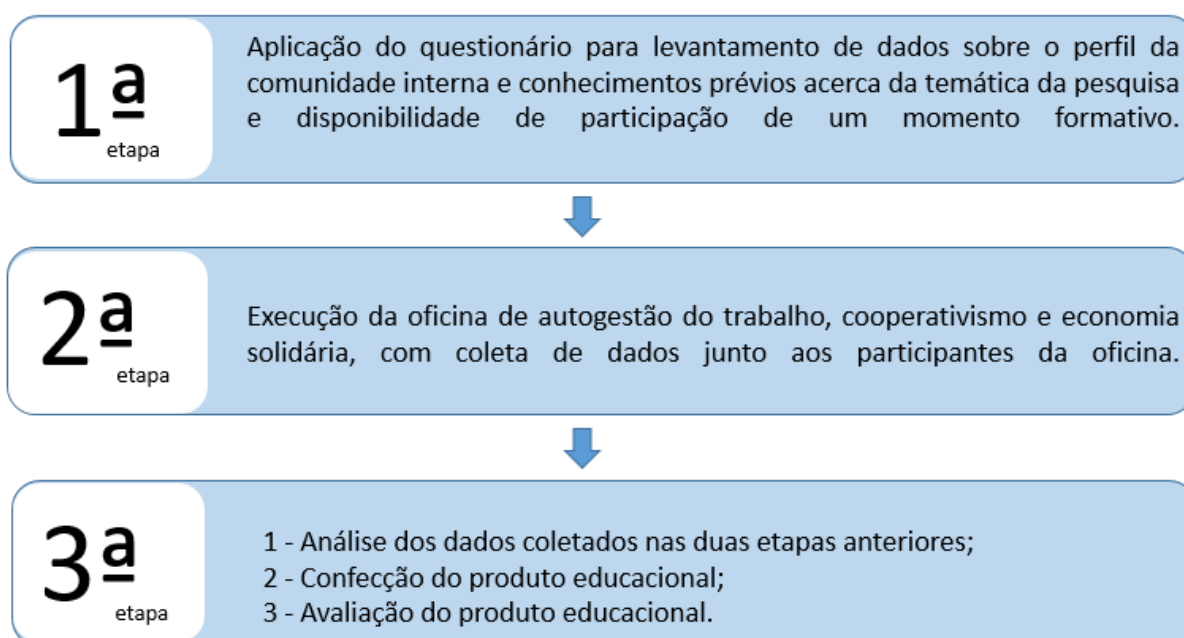
Após a oficina foram coletadas informações junto aos participantes, através de um outro questionário semiestruturado, com questões de múltipla escolha em escala tipo Likert e coleta de sugestões, aplicado via google forms, para auxiliar na compreensão quanto às formas de curricularização da Autogestão do Trabalho nos cursos IFG – Câmpus Formosa, e contribuir para a construção do Produto Educacional.

Os dados obtidos neste processo foram tratados por meio de análise de conteúdo, método que, segundo Bardin (1977), possibilita o tratamento de textos através de procedimentos analíticos, como a categorização, que compreende a classificação de elementos textuais com características comuns entre si, e interpretação dos dados, momento no qual o referencial teórico ampara a profunda compreensão de elementos que se colocam por trás dos significados das palavras. Para o processamento destes dados foi utilizada a ferramenta de nuvem de palavras, através do site mentimeter.com. De acordo com Vilela (2020), a nuvem de palavras é uma ferramenta gráfica que demonstra a frequência de ocorrência de palavras em um texto. Por meio deste recurso visual as palavras de maior tamanho e mais centralizadas indicam maior grau de repetição em um material analisado.

Com base na análise dos dados coletados, foi confeccionado um produto educacional em formato de guia orientativo, com o objetivo de viabilizar a inserção das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos currículos dos cursos de EPT, assim como fomentar a adoção da Autogestão do Trabalho enquanto

princípio educativo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para o alcance de uma educação omnilateral, através da curricularização da extensão. Este guia foi disponibilizado em formato de PDF, estruturado em tópicos, os quais abordaram, dentre outros temas, o conceito de trabalho humano e sua história, a relação entre trabalho e educação, a abordagem cooperativa e autogestionária de trabalho e as possibilidades trazidas por esta temática para a EPT. O guia foi disponibilizado aos participantes da pesquisa, que puderam avaliar e sugerir alterações, através do preenchimento de um questionário semiestruturado, disponibilizado via google forms.

Figura 4 - Etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 Plano de desenvolvimento do produto educacional

O PE visualizado para resolver o problema exposto neste projeto foi um documento em formato de guia orientativo, que contém informações acerca do Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e ES, assim como formas de integração desses temas com as possibilidades da curricularização da extensão. Dentre os conteúdos abordados no Guia, foram citados exemplos de organização cooperativa do trabalho já desenvolvidos no Brasil e no exterior, assim como meios para desenvolver novas ações locais com o assessoramento de ITCPs. O produto apresentou propostas de inserção curricular do Cooperativismo, Autogestão do

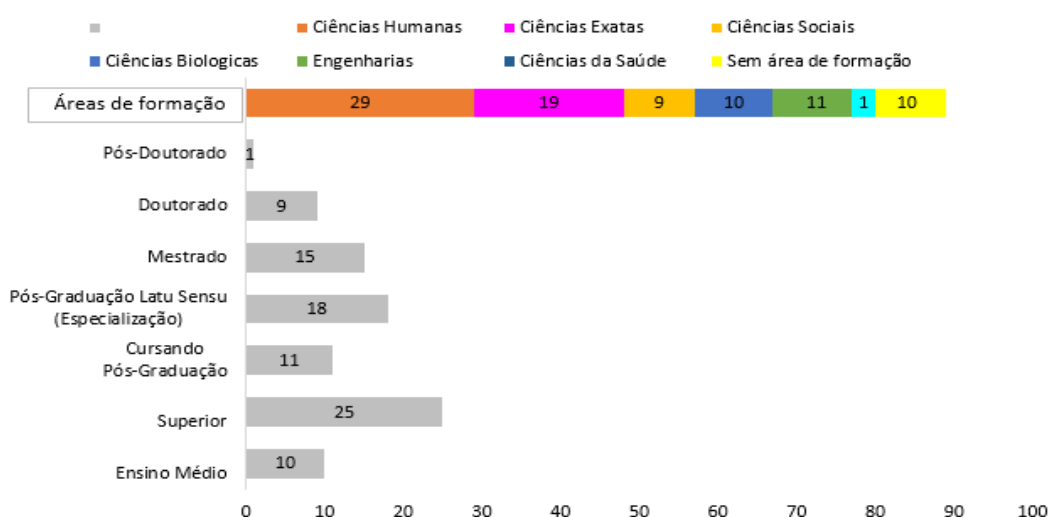
Trabalho e ES nos PPCs da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica através da compreensão de sua relevância para o alcance da omnilateralidade na EPT, utilizando-se para tanto a curricularização da extensão. Tal iniciativa se apoiou em temas e conteúdos voltados à compreensão dos modos de produção desenvolvidos ao longo da história pelas sociedades humanas, as contradições do modo de produção atual e possibilidades de visualizar superações destas, através da organização do trabalho por meio do Cooperativismo, autogestão e ES.

A construção deste guia foi realizada através da análise dos dados coletados nos questionários aplicados junto à comunidade interna do IFG Câmpus Formosa. Foi realizada também uma revisão bibliográfica acerca da extensão acadêmica brasileira. Esta análise buscou compreender os elementos necessários para o incentivo à curricularização da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT através da extensão, tendo como perspectiva colaborar com a formação crítica para o mundo do trabalho dos entes envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a primeira etapa do processo investigativo foram coletadas 89 respostas, sendo 38 provindas de discentes, 29 de técnicos administrativos, 19 de docentes e 3 egressos. Quanto ao perfil da amostra, todos os participantes eram maiores de idade, tendo entre 18 anos até a faixa de 60 anos. A variação das áreas de formação dos participantes, sendo maioria da área de Ciências Humanas (29 participantes), foi um fator interessante para a recepção de diferentes pontos de vista sobre as temáticas abordadas na pesquisa.

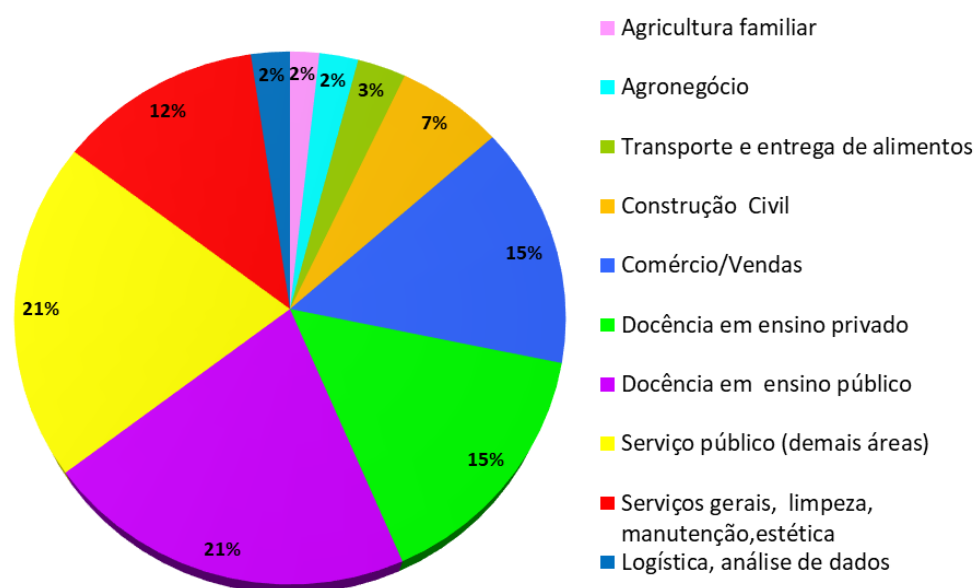
Gráfico 2: Áreas de formação e escolaridade da amostra



Fonte: Elaborado pelo autor

Os distintos ramos de atuação profissional da amostra ressaltam a base de compreensão dos participantes acerca da realidade do mundo do trabalho, tendo como princípio suas vivências. A amostra se apresentou heterogênea nesse quesito, contudo 36% dos participantes relataram já ter atuado em alguma forma de docência.

Gráfico 3 - Áreas de atuação profissional da amostra



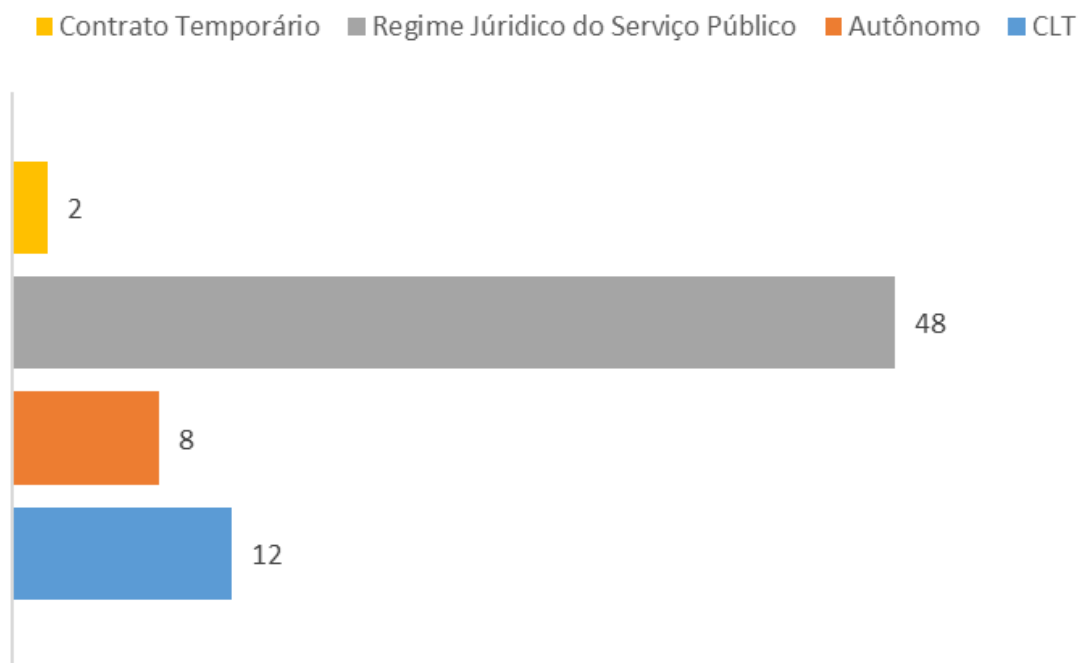
Fonte: Elaborado pelo autor

Outro dado que foi de grande valia para o feedback dos participantes foi a sua situação laboral. 21% dos participantes estavam desempregados. A temática abordada pode ser interessante para tal parcela da amostra, tendo em vista que se trata de uma possibilidade de organização laboral autogestionária, ou seja, gerida pelos próprios trabalhadores, o que, de acordo com Singer e Souza (2003) e Gaiger et al. (1999), pode proporcionar a estes atores a operação de seu trabalho de forma associada, priorizando a valorização dos postos de trabalho, fator que viabiliza a garantia ao emprego de forma não hierarquizada, sem patrões, criando uma alternativa interessante de combate ao desemprego.

79% declararam que estavam empregados, fazendo parte da população economicamente ativa. Aqueles que se declararam empregados responderam qual o tipo de vínculo empregatício em que estavam inseridos. Tal dado refletiu a grande

quantidade de servidores públicos participantes (48 indivíduos), principalmente servidores do IFG-Câmpus Formosa.

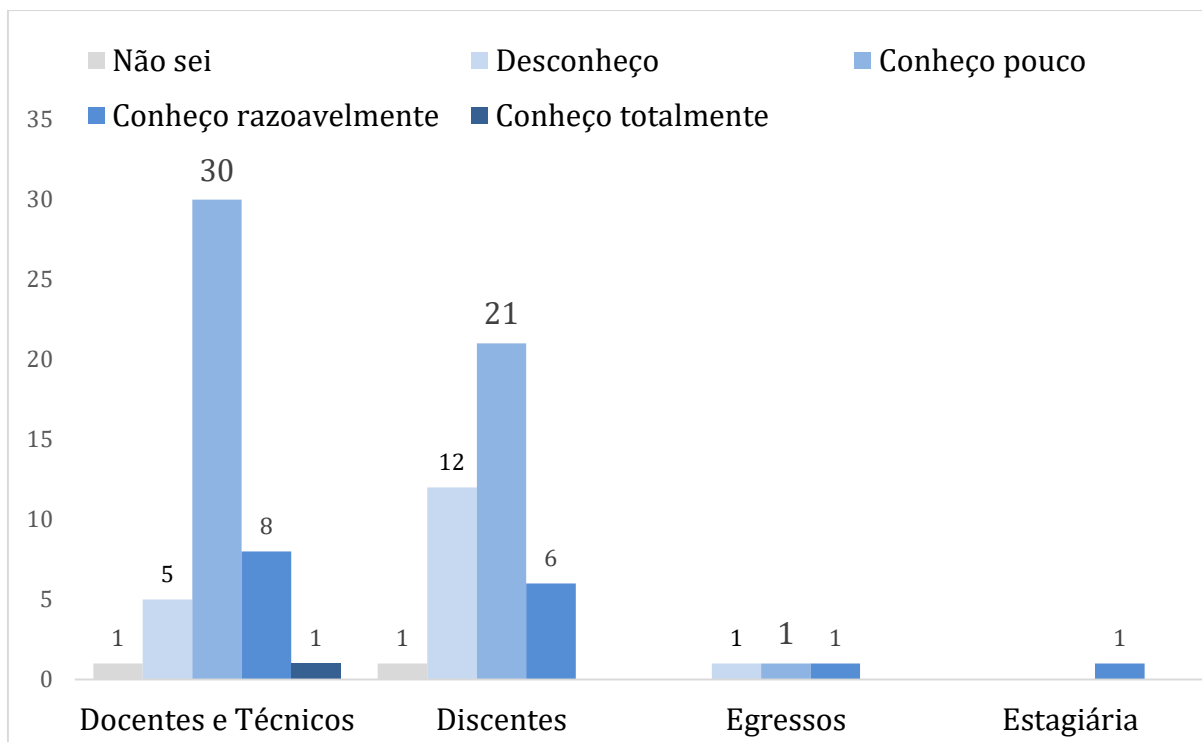
Gráfico 4 - Formas de vínculos empregatícios declarados.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 5 demonstra como se apresentaram os 4 segmentos da população investigada em relação ao teor de seu conhecimento acerca das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. O gráfico foi organizado através de uma escala de cores, na qual a cor preta descreve os indivíduos que declararam não saber responder, vermelho aqueles que alegaram desconhecer as temáticas, a cor amarela demonstra aqueles que conhecem pouco, verde os que conhecem razoavelmente e azul aqueles que conhecem totalmente. Os achados expostos neste gráfico reforçam a necessidade da inserção dos temas abordados nos currículos da EPT, tendo em vista que a 78,65% da amostra (70 indivíduos) conhece pouco ou desconhece tais formas de organização do trabalho e suas possibilidades, ressaltando que 82,5% dos Discentes desconhece ou conhece pouco as temáticas abordadas (33 indivíduos), assim como 61,22% dos Docentes e Técnicos (30 indivíduos).

Gráfico 5 - Conhecimento da amostra acerca dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária.



Fonte: Elaborado pelo autor

Em seguida os participantes responderam a uma questão, na qual puderam assinalar mais de uma alternativa e ainda contribuir com sugestões não constantes no questionário. Nesta questão os participantes foram indagados sobre maneiras pelas quais as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar os discentes na formação para o mundo do trabalho autogestionário (cooperativo, sem patrões). A maioria das respostas (21%) sugere que para formar os alunos para o mundo do trabalho, no sentido de torná-los donos da produção de maneira associada, seria importante realizar atividades curriculares práticas de disciplinas do eixo profissional sob o princípio da Autogestão do Trabalho (trabalho cooperativo, sem patrões), assim como salientar as parcerias com a comunidade externa (20%), de forma que isso ajudasse no fortalecimento do trabalho já desenvolvido na região. Tais sugestões indicam uma relativa aceitabilidade das temáticas trazidas pela pesquisa por parte da comunidade interna do IFG-Câmpus Formosa, ainda que tal público não possua conhecimento aprofundado sobre o assunto. O desenvolvimento de trabalhos cooperativos na instituição também foi citado (18%) como relevante para este objetivo, o que é compreensível ao se considerar as possibilidades relacionadas aos projetos

de ensino, pesquisa e extensão neste sentido. Apenas 5% das respostas indicaram que o aumento da carga horária para formação empresarial seria uma alternativa viável para tal formação. Os indivíduos sugeriram ainda 3 medidas que não constavam dentre as alternativas pré-estabelecidas: Aplicação direta do ensinado (0,36%), inclusão da formação em grau de Bacharelado para os cursos de Ciências Sociais e Ciências Biológicas (0,36%) e organizar-se como escola unitária (0,36%). Esta última sugestão dialoga diretamente com a proposta de Gramsci (2001), quando o autor constrói conceitualmente uma modelo educacional para a operacionalização da omnilateralidade, através da formulação de um modelo educacional que uma trabalho e educação, com o intuito de formar cidadãos protagonistas no processo de produção e na sociedade em geral, extinguindo a dualidade educacional que segmenta as classes sociais.

Gráfico 6 - De que maneira você compreende que as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar, ou ajudar mais na formação dos alunos para o dia a dia do trabalho, no sentido de preparar os alunos para se tornarem trabalhadores associados e/ou donos da sua própria produção em seu trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor

Após esta coleta de dados, os interessados em participar da oficina sobre autogestão, Cooperativismo e ES foram convidados para o momento formativo, que ocorreu via google meet, em data posterior. No início da oficina foi produzida pelos participantes a seguinte nuvem de palavras:

Figura 5 - Nuvem de palavras construída pelos participantes da oficina acerca do conceito de trabalho



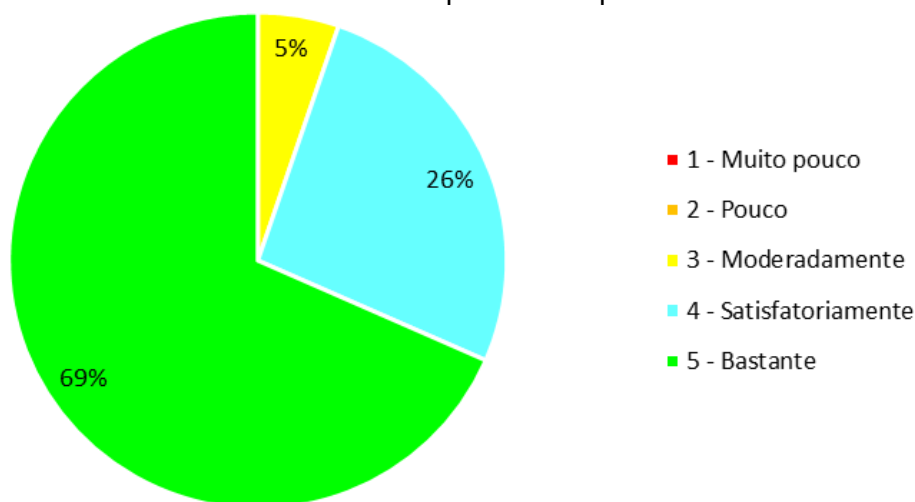
Fonte: Elaborado pelo autor

É possível observar que esta nuvem de palavras sugere que os participantes possuíam um conceito de trabalho reforçado pelos valores da estrutura laboral vigente, a qual permite a visualização do labor enquanto atividade que exige empenho e determinação, na qual o ser humano deve se aplicar, se dedicar, para prover sua subsistência. Tal maneira de compreender o trabalho possui determinantes ideológicos que têm sido reforçados contemporaneamente, um exemplo disso é o processo de uberização do trabalho, descrito por Antunes e Filgueiras (2020) como uma forma de organização laboral que se sugere enquanto trabalho autônomo, entretanto não proporciona autonomia ao trabalhador para controlar os determinantes de sua força de trabalho, como sua carga horária e preço de seus serviços. Os autores ressaltam que a uberização tem gerado no imaginário coletivo a ideia de que o trabalhador uberizado é um empresário individual, que através de seu esforço próprio, dedicação e determinação pode controlar sua rotina de trabalho e renda de acordo com sua vontade. Contudo, a realidade laboral destes trabalhadores tem se demonstrado enquanto codependente de um assalariamento incerto sem qualquer outra garantia trabalhista.

Após o término da oficina os participantes foram convidados a responder um questionário, através do qual foi possível constatar que dos 19 indivíduos apenas 1 já havia trabalhado em algum empreendimento autogestionário.

A seguir todos foram questionados em relação à sua percepção sobre o esclarecimento possibilitado pelo momento formativo acerca da temática abordada. 69% dos participantes consideraram que a oficina foi bastante esclarecedora acerca da temática, 26% consideraram satisfatoriamente e apenas 5% moderadamente.

Gráfico 7 - Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após esta oficina?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, foi solicitado aos participantes sugestões sobre maneiras de inserir as temáticas da oficina na formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho. Através da análise de conteúdo foi possível identificar três categorias centrais a partir do material coletado: trabalho, educação e curricularização. Com base em tais unidades foi possível identificar nos textos palavras que reforçam os sentidos das respostas, considerando as temáticas da oficina e suas possíveis provocações nos participantes.

Ao se considerar o sentido da palavra trabalho, construído no início da oficina, com as palavras descritas na categoria trabalho, contidas nas sugestões para inclusão da temática da oficina nos cursos de EPT, foi construída a seguinte nuvem de palavras:

Figura 6 - Nuvem de palavras categoria trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

A análise da nuvem de palavras da categoria trabalho possibilita inferir que os conteúdos abordados durante a oficina tiveram certa influência nas sugestões dos participantes, uma vez que termos relacionados a abordagens autogestionárias de trabalho, como “cooperativas”, “mundo do trabalho” e “novas formas de trabalho” denotam ocorrência, assim como a compreensão da exploração e alienação através das configurações laborais predominantes em nossa sociedade. Tais termos foram expostos durante a oficina a partir das concepções de Marx e Engels (1984) acerca da categoria trabalho, elemento compreendido pelos autores enquanto uma atividade de intervenção humana na natureza para produzir sua existência. Esta conceituação ressalta que o trabalho, historicamente, possui a função essencial de atender às demandas sociais e não a prioridade do lucro de determinados grupos econômicos. A abordagem do conceito de cooperativismo trazido por Singer e Souza (2003), exposta durante a oficina, também pode ser observada na nuvem, uma vez que os autores destacam a sustentabilidade, associabilidade e a conscientização acerca da alienação do trabalho enquanto elementos de destaque neste formato laboral.

Em seguida foi analisada a categoria educação, a qual forneceu a seguinte nuvem de palavras:

Figura 7 - Nuvem de palavras categoria educação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido a toda a amostra estar envolvida em atividades educacionais, as sugestões da nuvem de palavras da categoria educação refletem o reforço de componentes correlatos ao cotidiano no IFG, como oficinas, palestras, projetos, eventos e elementos afins. Contudo, dois itens relativamente novos para os participantes, abordados durante a oficina, podem ser visualizados na nuvem: “núcleo

de incubação” e “incubadora”. Tais unidades refletem a aderência promovida por estes elementos em alguns indivíduos, tendo em vista que a oficina abordou exemplos práticos de mudanças sociais geradas por meio de atividades de incubação em diversas localidades do Brasil, como os demonstrados por Guerra (2008), que observaram possibilidades de organização do trabalho cooperativo na sociedade a partir da criação de ITCPs, com o intuito de aproximar o mundo acadêmico do mundo do trabalho, fornecendo elementos essenciais para a operacionalização da autogestão do trabalho nas comunidades que cercam as universidades e IFs por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, foram observadas as palavras relacionadas à categoria curricularização, as quais formaram a nuvem de palavras abaixo:

Figura 8 - Nuvem de palavras categoria curricularização



Fonte: Elaborado pelo autor

Uma interpretação possível acerca das sugestões obtidas através desta nuvem de palavras, indica que a inserção curricular dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT do IFG - Câmpus Formosa, pode ocorrer prioritariamente por meio de projetos, que forneçam palestras e oficinas sobre os temas abordados. Outra possibilidade sugerida é a criação de disciplinas voltadas para esta temática, assim como o trabalho inter e transdisciplinar, sugestões que dialogam com os pressupostos apresentados por Frigotto et al. (2014), que compreendem a relevância desta forma de planejamento curricular, a fim de possibilitar a formação omnilateral na EPT. Os autores ressaltam que para tal abordagem se efetivar é necessário a integração dos conhecimentos das diversas

áreas com a realidade material dos discentes, a fim de desenvolver suas múltiplas capacidades.

É possível inferir que as sugestões didáticas para efetivação desta demanda indicam a imersão dos alunos no mundo do trabalho autogestionário, o que pode ser concretizado através de iniciativas de acesso a cooperativas e demais empreendimentos de ES, seja por meio de ações que envolvam visitas técnicas e outras formas de vivenciar tais espaços, assim como através de atividades acadêmicas de empreendimentos de ES, iniciativas que de acordo com Gandolfi et al. (2009), têm como objetivo viabilizar a organização e formalização do trabalho de determinados grupos de trabalhadores. O autor ressalta que o processo de incubação possui um papel fundamental de assessorar a criação de tais empreendimentos, o que pode ocorrer por meio de ações de extensão curricularizadas, as quais, de acordo com o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), podem ser operadas por meio de programas e projetos.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional - PE desenvolvido através desta pesquisa, intitulado Guia Orientativo para Inserção da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária Enquanto Temas que Reforçam o Trabalho Enquanto Princípio Educativo na EPT: uma proposta de curricularização da extensão, tem por objetivo contribuir para a inserção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos currículos dos cursos de EPT, assim como fomentar a adoção da Autogestão do Trabalho enquanto princípio educativo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para o alcance de uma educação omnilateral. Este guia foi estruturado em tópicos, os quais exploraram, dentre outros temas, o conceito de trabalho humano e sua história, a relação entre trabalho e educação, a abordagem cooperativa e autogestionária de trabalho e as possibilidades trazidas por esta temática para a EPT.

A Autogestão do Trabalho é uma configuração laboral que viabiliza aos trabalhadores um aprendizado integral acerca dos processos produtivos, gestão democrática e maior controle da produção, elementos que, de acordo com Singer (2004), são fundamentais para a construção de vias de superação da alienação do trabalho, fator que impede o trabalhador de atender suas necessidades através de suas atividades laborais. Tais aspectos da Autogestão do Trabalho são similares a

alguns princípios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, citados por Pacheco (2015), como o trabalho enquanto princípio educativo e a formação humana integral.

Tendo em vista estas particularidades, o PE desenvolvido através desta pesquisa pode ser um elemento complementar na busca da formação omnilateral na EPT, uma vez que fomenta a adesão ao trabalho enquanto princípio educativo, utilizando de uma forma de trabalho que possibilita o desenvolvimento de múltiplas potencialidades de maneira crítica emancipadora, através da imersão dos entes do processo de ensino-aprendizagem no mundo do trabalho autogestionário, um universo ainda pouco explorado pela EPT.

Para compreender a relação fundamental entre trabalho e educação, assim como a conexão humana com o trabalho autogestionário, é preciso inicialmente enfatizar o conceito de trabalho elucidado por Marx e Engels (1984), que esclarece que toda interferência humana na natureza, a fim de produzir sua sobrevivência e existência, é denominada como trabalho. Para os autores, através do trabalho a espécie humana produz elementos proveitosos para sua existência através de suas ações, que transformam a natureza. De acordo com De Decca (1985), enquanto produzia sua sobrevivência e existência na natureza, o humano produzia também os conhecimentos acerca de tais formas de sobreviver e existir. Conhecimentos que iam sendo passados às gerações seguintes, aprofundados e complexificados, dando luz à novas formas de produzir e existir. Consequentemente, tal processo foi criando novos modos de produção e de educação. Dessa forma, o trabalho pode ser considerado um princípio educativo para a espécie humana.

Harari (2014) compreende que, desde seus primórdios, a espécie humana se desenvolveu por meio da colaboração de seus entes para superar os obstáculos históricos de sua sobrevivência, através da cooperação. Dessa forma, o autor ressalta que a cooperação estrutura a essência humana. Porém, o desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história configurou novas formas de organização social, as quais, devido às suas características particulares de cada processo histórico, colocaram o aspecto humano cooperativo enquanto elemento social periférico. No atual período histórico, o modo de produção vigente é denominado capitalismo, o qual, de acordo com Marx (2011), tende a afastar a espécie humana de sua essência

omnilateral através da alienação do trabalho. Com vistas a compreender meios de superar as contradições geradas pelo modo de produção capitalista, Costa (2000) aborda o experimento pioneiro produzido por operários ingleses da cidade de Manchester, em 1844. O autor destaca que devido às condições precárias em que se encontrava a classe proletária na Inglaterra neste período, um grupo de tecelões desempregados criou um empreendimento no qual o trabalho era operado de maneira associada entre os trabalhadores, e não mais de forma assalariada, conforme o trabalho convencional da época. Neste empreendimento, que funcionava de maneira cooperativa, eram vendidos e trocados produtos básicos para a sobrevivência dos trabalhadores do bairro de Rochdale. Tal experiência, desde então, influenciou o surgimento de novos empreendimentos similares, que até os dias atuais seguem seus princípios de adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, educação e formação, prioridade ao atendimento das demandas sociais e valorização dos postos de trabalho.

Esta configuração laboral autogestionária, gerida pelos próprios trabalhadores, é denominada por Cooperativismo, o qual, para Singer e Souza (2003), possibilita os trabalhadores a produzirem de maneira democrática e associada, uma forma de operação do trabalho que viabiliza a superação das desigualdades sociais e de seus problemas recorrentes. Porém, o contato da educação formal com esta configuração laboral ainda é pouco explorado no Brasil.

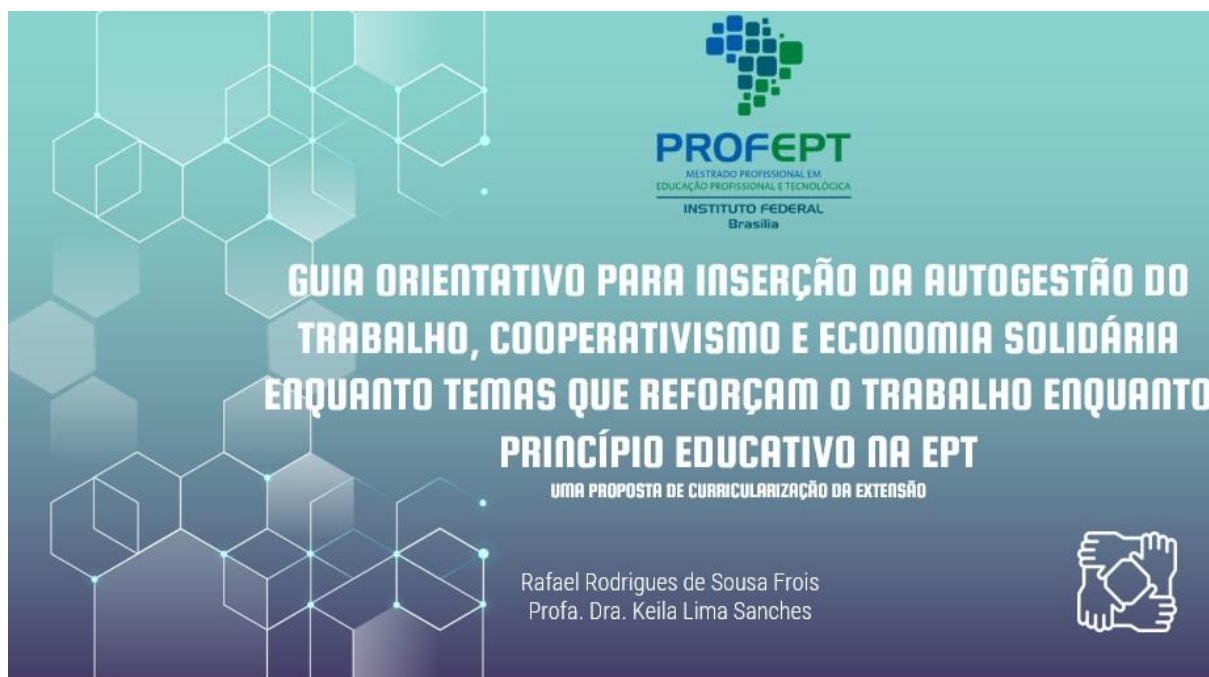
O primeiro relato do diálogo entre a educação brasileira e o Cooperativismo é descrito por Guerra (2008) ao relatar que no início dos anos 1990 um movimento social, tendo em vista reduzir o desemprego e melhorar a produção de renda de uma comunidade do Rio de Janeiro, criou uma cooperativa popular. Os resultados positivos deste empreendimento foram observados por pesquisadores da UFRJ, que organizaram um centro de assessoramento para criação de novas ações similares. Dessa forma foi criada a primeira ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil. Desde então novas ITCPs foram criadas em outras universidades brasileiras e até em IFs, a fim de fomentar a Autogestão do Trabalho no meio acadêmico.

Contudo, tal ligação entre a educação e o trabalho autogestionário também se desenvolveu em outros países. A exemplo disso, Margarita e Argelia (2016) ressaltam

que no estado de Oaxaca, México, o Instituto Politécnico Nacional desenvolveu a partir do ano de 2013 um programa de Mestrado voltado para o desenvolvimento das forças produtivas locais através da ES, uma forma de organização econômica voltada prioritariamente para o atendimento das demandas sociais. O programa foi desenvolvido sob o objetivo de solucionar os problemas sociais, econômicos e ambientais da região. Para tanto foram criadas três linhas de pesquisa: segurança alimentar, recursos hídricos e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de construção civil. Tais exemplos de associação entre o trabalho cooperativo, autogestionário e de ES podem ser de grande valia para o enriquecimento curricular dos cursos de EPT, no intuito de viabilizar o alcance de uma educação emancipadora e omnilateral, que atenda às demandas da sociedade brasileira.

Tendo em vista esta demanda, um dos objetivos desta pesquisa foi o de produzir um PE que fomentasse a inserção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES na EPT. Para tanto, foi confeccionado o Guia Orientativo para Inserção da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária Enquanto Temas Formativos na EPT: uma proposta de curricularização da extensão.

Figura 9: Página 1 do PE.



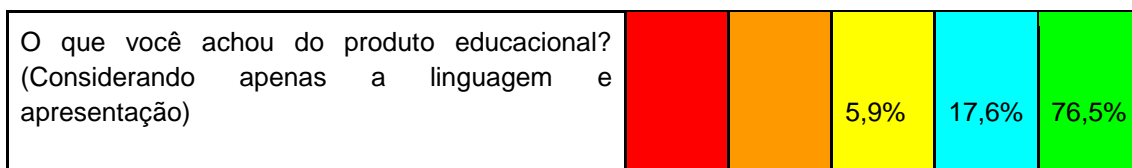
Fonte: Elaborado pelo autor

Link de acesso ao PE: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719007>

O guia foi disponibilizado em formato de PDF e avaliado por 17 participantes, sendo 6 discentes, 6 técnicos administrativos, 1 egresso, 2 docentes, 1 pesquisador externo e 1 membro representante de um GT - Grupo de Trabalho de curricularização da extensão do IFG - Câmpus Jataí, composto por 10 membros, os quais avaliaram o PE e responderam o formulário de forma consensual através da resposta do representante do GT.

Tabela 1: Resumo da avaliação do PE.

ESCALA DE AVALIAÇÃO DO TIPO LIKERT (De 1 a 5, sendo 1 muito pouco ou ruim; e 5 bastante ou excelente)	1	2	3	4	5
QUESTIONAMENTOS					
De uma maneira geral, em que medida você considera que o guia contribui para a compreensão dos temas Trabalho e Educação?				17,6%	82,4%
Em que medida você considera que o conteúdo deste guia pode contribuir para a formação crítica e emancipatória dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, em relação à compreensão dos problemas atuais do mundo do trabalho e alternativas para sua superação?			5,9%	17,6%	76,5%
Em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia?				29,4%	70,6%
Em que medida os procedimentos de curricularização da extensão ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia?		5,9%		41,2%	52,9%
Em que medida as estratégias e possibilidades de adoção na Educação Profissional e Tecnológica relativas aos temas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária ficaram mais esclarecidas para você após a leitura deste guia?				17,6%	82,4%
O que você achou do produto educacional? (Considerando apenas o conteúdo)				23,5%	76,5%



Fonte: Elaborado pelo autor

A análise da avaliação do PE indica que este cumpre bastante (82,4%) ou satisfatoriamente (17,6%) seu objetivo de possibilitar a compreensão dos temas trabalho e educação, assim como o objetivo de esclarecer os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e ES e à sua capacidade de esclarecer as estratégias e possibilidades de adoção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES na EPT. Quanto a seu potencial de contribuição para a formação crítica emancipatória de discentes da EPT acerca dos problemas do mundo do trabalho e alternativas de superação, apenas uma avaliação (5,9%) considerou a capacidade do guia como moderadamente, as demais análises indicaram que o guia cumpre satisfatoriamente (17,6%) ou bastante (76,5%) este potencial. O mesmo ocorreu para o objetivo de esclarecer os procedimentos de curricularização da extensão. Em relação ao conteúdo, o guia foi avaliado enquanto bom (23,5%) ou excelente (76,5%). Quanto à sua linguagem e apresentação, uma avaliação (5,9%) considerou o guia regular, enquanto as demais se situaram entre bom (17,5%) e excelente (76,5%).

Tendo em vista que 97,47% das avaliações do PE se situam entre os valores 4 e 5, e apenas 2,53% entre 2 e 3, é possível inferir que o PE possui alguma capacidade de fundamentação para a inserção dos temas abordados nos currículos de EPT, considerando sua propriedade em viabilizar a assimilação de conteúdos que possuem correlação direta com os princípios da EPT, destacados por Pelissari e Nascimento (2020), como o trabalho enquanto princípio educativo e a formação humana omnilateral.

Além da avaliação de tais elementos, os participantes também puderam sugerir estratégias ou metodologias para inclusão da temática do PE na formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho. As sugestões dos participantes indicam que o guia deve ser disponibilizado para a comunidade acadêmica em geral, em formatos de fácil acesso, para o fomento da temática abordada por meio de atividades que envolvam as comunidades interna e externa.

Também foi sugerido que se organize um curso de extensão EAD, tendo como base o PE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição do trabalho enquanto princípio educativo na EPT é um processo em andamento no Brasil, e tem sido um desafio pedagógico para o auxílio na formação de uma nova sociedade. Tendo em vista a superação de alguns obstáculos presentes neste caminho, ressaltando o exposto por Singer (2005), esta pesquisa compreende a Autogestão do Trabalho como uma configuração laboral facilitadora para a formação humana omnilateral.

Com o desenvolvimento desta pesquisa foi possível destacar a relevância das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES para a EPT, tendo em vista a operacionalização do trabalho enquanto princípio educativo. Esta pesquisa compreende que tais temáticas podem ser incorporadas à EPT por meio de processos de curricularização da extensão, viabilizados pelo PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014). Nota-se que através da curricularização da extensão é possível inserir nos PPCs atividades de extensão, seja em associação às disciplinas já existentes ou em componentes curriculares específicos, com o intuito de possibilitar aos discentes experiências diretas de trabalho autogestionário em empreendimentos cooperativos e de ES, os quais, de acordo com Gandolfi et al. (2009) e Guerra (2008), também podem ser geridos e assessorados por meio de processos de incubação, que envolvam comunidades interna e externa. Neste sentido, outra possibilidade observada, tendo em vista o alcance da omnilateralidade, é a introdução de tais conteúdos em determinadas disciplinas já existentes, de forma inter e transdisciplinar, alternativa que corrobora o exposto por Frigotto et al. (2014), em relação à adoção do aspecto multilateral do processo de ensino aprendizagem.

Também foi possível concluir que a efetivação do trabalho enquanto princípio educativo pode ser facilitada através do processo de curricularização da extensão, por meio das possibilidades pedagógicas trazidas por tal processo. Tais ações tendem a enriquecer as práxis de toda a comunidade acadêmica de EPT, considerando o aspecto pedagógico da Autogestão do Trabalho, que evidencia a compreensão da organização laboral para o trabalho associado, com intuito de construir caminhos de superação da alienação do trabalho e demais contradições do mundo do labor contemporâneo, elemento essencial para a formação humana integral. Contudo, ao

considerar os achados de Margarita e Argelia (2016), esta pesquisa ressalta que para realizar este procedimento é necessário respeitar as características locais e regionais de cada instituição, pois estas influenciam diretamente as demandas sociais a serem atendidas pelos institutos. A exemplo disso, o levantamento realizado por esta pesquisa evidencia alguns dos ramos profissionais em que se enquadram os arranjos produtivos da região do IFG - Câmpus Formosa, como a agricultura, comércio, transporte e a construção civil. Dessa forma, esta pesquisa indica que, para promover a curricularização da extensão nesta instituição, tendo em vista o fomento à Autogestão do Trabalho, ao Cooperativismo e à ES, a integração de ações que insiram a comunidade acadêmica no mundo do trabalho autogestionário, em espaços formais e não formais de educação, são fundamentais, desde que possuam relação direta com a realidade concreta dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Através da busca pela compreensão de formas da curricularização da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES na EPT, realizada por esta pesquisa, foi possível concluir que programas, projetos, palestras, cursos de formação, processos de incubação e demais ações são ações perfeitamente exequíveis para aproximar o estudante com a comunidade local e introduzi-lo ao mundo do trabalho sob a perspectiva da ES. Com isso é possível potencializar a troca de conhecimentos aplicável à realidade de todos os envolvidos neste processo.

Cabe um destaque quanto ao aprendizado acadêmico obtido no fluxo da pesquisa, relativo à construção e aplicação do PE. No tocante a aplicação do PE, foi possível aferir que o impacto do mesmo foi positivo entre os participantes da pesquisa, demonstrando ao final que houve uma aproximação dos sujeitos em relação aos conceitos sobre a Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES na EPT, assim como suas possíveis contribuições para a formação na EPT, por meio do processo de curricularização da extensão.

Por fim, compreende-se que o fomento à Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES, enquanto elementos educativos, tende a enriquecer as práxis de toda a comunidade acadêmica da EPT, considerando o aspecto pedagógico destas temáticas, as quais, de acordo com Singer (2005), favorecem a união entre trabalho manual e intelectual, pressupostos considerados essenciais por Gramsci (2001) para

construir caminhos de superação da alienação e demais contradições do mundo do labor contemporâneo, evidenciando o trabalhador enquanto protagonista do processo produtivo e viabilizando sua formação omnilateral.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. SANTOS, A. M. **Economia solidária: um espaço peculiar de educação popular**. Educação Popular. Lugar de construção social coletiva. São Paulo: Vozes, 2013.

ALMEIDA, M. S. B.; OLIVEIRA, S. S. de. Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. **Cadernos Pde**, v. 2, p. 18, 2014. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1684>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ANTUNES, R. A “terceira via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. **Labour**, p. 4–5, 1995. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-04.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ANTUNES, R. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, v. 39, n. 01, p. 27–43, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

APPIO, C. R.; EVALD, I.; SILVA, V. A formação integral na educação profissional tecnológica: Alguns Apontamentos. **Metodologias e Aprendizado**, v. 1, n. 2014, p. 11–16, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21166/metapre.v1i0.1100>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENINI, E. G.; BENINI, E. A. **A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação?** V Encontro Internacional de Economia Solidária, NESOL - Núcleo de Economia Solidária USP, p. 55–76, 2013. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Principios/PRI-09.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BÔAS, B. V. IBGE: País tinha 38,08 milhões na informalidade até fevereiro, mostra IBGE. **Valor**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2020. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/31/ibge-pais-tinha-3808-milhoes-na-informalidade-ate-fevereiro.ghtml>>. Acesso em: 5 out. 2022.

BONAMIGO, C. Limites e possibilidades históricas à educação omnilateral. **EDUCERE-Revista da Educação**, v. 1, n. 14, p. 83–101, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/5421>>. Acesso em: 27 out. 2022.

BORGES, B.; DUQUE, D.; VELOSO, F. A.; SENNA, J. J.; DAMASCENO, J.; PEREIRA, L. V. Recuperação econômica continua no segundo semestre, mas se espera uma solução fiscal. **Boletim Macro**, p. 1–32, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29905/24-09-2020_Recupera%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20continua%20no%20segundo%20semestre,%20mas%20se%20espera%20uma%20solu%C3%A7%C3%A3o%20fiscal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9/1/2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei 11.741, de 16 jul de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Decisão 0021864-81.2017.5.04.0028**. Juiz: Átila da Rold Roesler, 02 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/uber-decisao1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista 10575-88.2019.5.03.0003**. Relator: Min. Alexandre Luiz Ramos, 09 set. 2020b. Disponível em: <<https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/925275204/agravo-de-instrumento-em-recursode-revista-airr-105758820195030003/inteiro-teor-925275326?ref=feed>>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Medi@ções**, v. 2, n. 2, p. 10–25, 2014. Disponível em: <<https://mediacoes.eses.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BUTLER, S. Uber drivers entitled to workers' rights, UK supreme court rules. **The Guardian**, v. 19, 2021. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/02/The-Guardian.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CABRERA-SCHNEIDER, J. N. Explanations for Brazil's inequality reduction from 1989 to 2015. **Nebraska Anthropologist**, v. 29, p. 44–50, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/nebanthro/193/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CALIFORNIA. **Assembly Bill No.5. AB-5 Worker status**: employees and independent contractors. Sacramento: Governo da Califórnia, 2019. Disponível em: https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=2019200AB5. Acesso em: 17 mai. 2021.

CHARLES, J.; FERRERAS, I.; LAMINE, A. A freelancers' cooperative as a case of democratic institutional experimentation for better work: a case study of SMart-Belgium. **Transfer: European Review of Labour and Research**, n. 26, v. 2, p. 157–174, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1024258920919686>. Acesso em: 24 out. 2022.

CIAVATTA, M. Ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. **Trabalho e Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27–41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 10 set. 2021.

COMARELLA, C. B. **Nova lorque mudou o jogo dos aplicativos. E agora?** 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão em Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/27995>. Acesso em: 19 set. 2022.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma reflexão teórica, **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, p. 55–64, 2000. DOI: 10.48075/revistacsp.v6i11.1500. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500>. Acesso em: 15 mai. 2022.

COSTA, S. DA S. The pandemic and the labor market in Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969–978, 2020. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/en/covidwho-902124>. Acesso em: 26 out. 2022.

CREDIT SUISSE. Global Wealth Report 2022. **Credit Suisse Institute Research**, 2022. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DALLABONA, C. A.; FARINIUK, T. M. D. EPT no Brasil: histórico, panorama e perspectivas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10, p. 46, 2016. Acesso:

<https://www.researchgate.net/publication/311095795_EPT_NO_BRASIL_HISTORICO_PANORAMA_E_PERSPECTIVAS>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DE DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

FERLA, G. B.; ANDRADE, R. B. A Transição do feudalismo para o capitalismo. **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 2, n. 1, p. 3–5, 2007. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FERNANDES, F. **A Constituição inacabada, vias históricas e significado**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5a ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRANÇA. Cour de Cassation. **Communiqué de presse**. Paris: Cour de Cassation, 2020. Disponível em: <https://www.courdecassation.fr/jurisprudence_2/communiqués_presse_8004/prestation_chauffeur_9665/press_release_44526.html>. Acesso em: 17 set. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N.; GOMES, C. Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira; GOMES, Cláudio. **Colóquio produção de conhecimentos sobre ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**, 2010, Rio de Janeiro. Anais[...]. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45732>>. Acesso em: 21 set. 2022.

FORPROEXT. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão – FORPROEXT, 2020.

FRUTUOSO, T. de P. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1643>>. Acesso em: 29 set. 2022.

FUSTER MORELL, M.; ESPELT, R. A framework to assess the sustainability of platform economy: the case of Barcelona ecosystem. **Sustainability**, n. 11, v. 22, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3772741>>. Acesso em: 24 out. 2022.

FUSTER MORELL, M; ESPELT, R; RENAUCANO, M. Cooperativismo de plataforma: análise de las cualidades democráticas del cooperativismo como alternativa económica en entornos digitales. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 102, p. 5-31, 2021. Disponível em: <<https://ojs3.uv.es/index.php/ciriecespana/article/view/18429>>. Acesso em: 24 out. 2022.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: : um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. **Institut International Des Droits De L'enfant (IDE)**. Suíça, 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GAIGER, L.; BESSON, M; LARA, F; SOMMER, I. . A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, v. 15, p. 1–61, 1999.

GANDOLFI, P. E.; MUÑOZ PALAFOX, G. H.; MARTINS, H.; BRITTO, M. F.; GANDOLFI, M. R. C. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: a experiência da INES/UFU. **Revista Em Extensão**, v. 8, n. 1, p. 159-173, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20440>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, G. M. Da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Anais do Primeiro Congresso Internacional de Pedagogia social**, v. 1, p. 27–38, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf>>. Acesso em: 10 jan 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1996/1/DISSERTAÇÃO_Gestão_das_incubadoras_tecnológicas_de_cooperativas_populares.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

HARARI, Y. N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. 4^o ed. Rio Grande do Sul, Editora L&PM, 2014.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HENRIQUES, F. C.; SIGOLO, V. M.; RUFINO, S. As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. **mercado de**

trabalho, v. 55, p. 55–67, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3830>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua 2012-2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 05 out. 2022.

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Projeto pedagógico de curso superior de tecnologia em gestão de turismo**. IFSC, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/<https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2019/12/PPC-Gest%C3%A3o-de-Turismo-Vers%C3%A3o-aprovada-no-colegiado-do-curso-com-Revis%C3%A3o-2019-10-21.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2022.

IMPERATORE, S.L.B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J.L.R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE.” In: **XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**, Argentina, 2015, ISBN: 978-85-68618-01-1.

KOLAKOWSKI, L. **Las principales corrientes del marxismo I. Los fundadores**. Madri: Alianza Universidad, 1985.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082>>. Acesso em: 16 out. 2021.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; THOSCI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARGARITA, R. C.; ARGELIA, J. R. L. Multidisciplinary approach for curriculum design of professional master's program with focusing on solidary economy in Oaxaca, Mex. **Educational Research And Reviews**, v. 11, n. 14, p. 1317-1323, 2016. Disponível em: <http://literatura.ciidiroaxaca.ipn.mx/jspui/handle/LITER_CIIDIROAX/547>. Acesso em: 18 out. 2022.

MARTINELLI, F.; BOZZONI, S.; CAROLI, S.; TAMASCELLI, F.; GUERINI, G. Platform Cooperativism in Italy and in Europe. **CIREC**, nº 29, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/<https://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2020/02/WP2019-27.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARX, K. O capital I: crítica da economia política. **O processo de produção do capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alpha e Omega, 1953.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NERI, M. C.; SOUZA, P. H. C. F. de. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicados do IPEA**, n. 155, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acesso em: 10 set. 2022.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. 2011 Jul/Dec 4(7):119-133, Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60/89>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 40–62, 2000. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313696004>>. Acesso em: 20 set. 2022.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARÁISO, L. M. L. **Os direitos laborais dos motoristas da UBER no mundo: jurisprudência comparada**. Artigo (Graduação em Direito) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2021. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4448>>. Acesso em: 19 set. 2022.

PELLISSARI, L. B.; NASCIMENTO, M. L. F. M. do. Educação profissional e economia solidária. **Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 442 - 472, 2020. Disponível em: <<https://itacarezinho.uneb.br/index.php/abatira/article/view/8644>>. Acesso em: 21 out. 2022.

PIRES DA SILVA, W. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 21-32, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PIRES, A. S.; LIMA, J. C. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 69–87, 2017. Disponível

em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19874>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1a ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RAMOS, M.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, A. M. dos; CRUZ, A. C. M. da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos CES**, n. 02, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1354>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SANTOS, M. P.; RODRIGUES, J.; MEDINA, G. Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?. **Interações** (Campo Grande), v. 18, n. 4, p. 31–42, 2017. Disponível em: <<https://multitemas.ucdb.br/interacoes/article/view/1537>>. Acesso em: 26 out. 2021

SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 12, n. 34, p. 152–165, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, C. M. B. da. Ensino médio integrado: escola unitária como horizonte? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. e9729, 2020. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9729>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SINGER, P. Possibilidades da economia solidária no Brasil. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**, p. 51–60, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como um ato pedagógico. In: Kruppa, S, M. (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

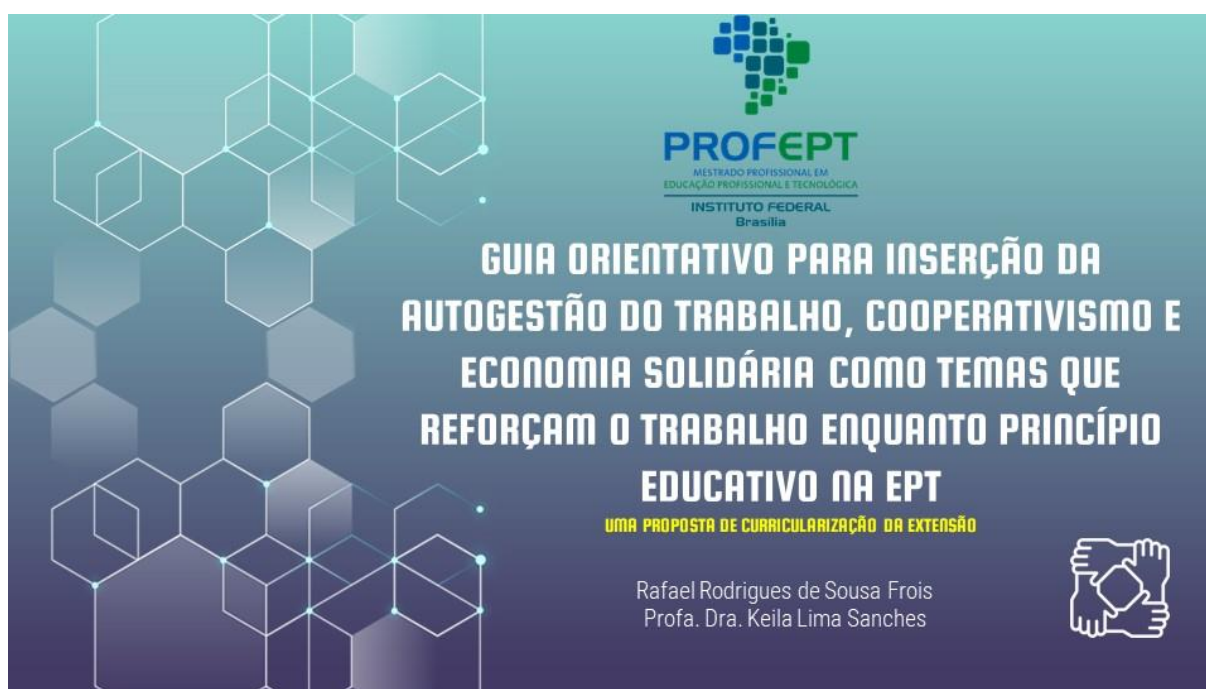
TEIXEIRA, A. R. **Cooperativismo: uma análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2014. Disponível em: <<http://ri.ufmt.br/handle/1/756>>. Acesso em: 22 set. 2022.

VIANA, N. Educação, sociedade e autogestão pedagógica. **Revista Urutágua**, v. 16, n. 16, p. 37-46, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/3689>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, n. 11, p. 29-36, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6637>>. Acesso em: 21 set. 2022.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO TEMAS QUE REFORÇAM O TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Link de acesso ao PE: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719007>



APRESENTAÇÃO

Este guia é um produto educacional desenvolvido como requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ensino do Instituto de Federal Brasília – IFB, pelo ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

O objetivo desse guia é viabilizar a inserção das temáticas de autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária nos currículos dos cursos de EPT, assim como fomentar a adoção da autogestão do trabalho enquanto princípio educativo na Rede Federal de Educação para o alcance de uma educação omnilateral.

Este guia está estruturado em tópicos, os quais exploram, dentre outros temas, o conceito de trabalho humano e sua história, a relação entre trabalho e educação, a abordagem cooperativa e autogestionária de trabalho e as possibilidades trazidas por esta temática para a EPT.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
O QUE É TRABALHO?	6
LINHA TEMPORAL DO TRABALHO HUMANO	9
CONFIGURAÇÕES DE TRABALHO	10
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO SEC. XXI	15
QUAL A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO?	17
AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
O QUE É AUTOGESTÃO DO TRABALHO?	25
O QUE É COOPERATIVISMO?	27
CAPITALISMO X COOPERATIVISMO	32
O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?	33
A AUTOGESTÃO DO TRABALHO PODE SER USADA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT?	36
COMO SE ESTRUTURA O COOPERATIVISMO NO MUNDO HOJE?	39
EXEMPLOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO	40
QUANTITATIVOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	41
EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES – ERTs NO BRASIL	42
ERT BRASILEIRA: O EXEMPLO DA FLASKÓ	44
COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA	45
EXTENSÃO ACADÊMICA	46
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	50
COMO IMPLEMENTAR A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	52
ITINERÁRIO RECOMENDADO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	56
COMO AFERIR A EFETIVIDADE DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS?	60
PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DO IFSC	63
POSSIBILIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE INCUBAÇÃO	64
O QUE É A INCUBADORA OU NÚCLEO DE INCUBAÇÃO?	65
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA INSERIR O COOPERATIVISMO NOS PPCs	66
ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	67
PROCESSO DE INCUBAÇÃO	69
RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS	70
REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS, MESAS REDONDAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS FORMATIVAS	72
REFERÊNCIAS	73
CONTATO	76



INTRODUÇÃO



4

As recentes configurações laborais obrigam os trabalhadores das mais diversas áreas a se submeterem a condições cada vez mais precárias para obterem seu sustento.

Este contexto foi agravado após a crise econômica mundial de 2008, a qual para Antunes (2013) teve como resposta um novo período dentro do neoliberalismo, que aprofundou a flexibilização do trabalho, reduzindo a seguridade social dos trabalhadores de diversos países a níveis alarmantes, criando a chamada Uberização do trabalho, uma realidade atual para grande parcela das pessoas que vivem do próprio trabalho.

A necessidade de organização dos trabalhadores para que estes tornem-se força política e social é uma demanda urgente. Gadotti (2001) destaca que o papel da EPT - Educação Profissional e Tecnológica torna-se fundamental nesta conjuntura, pois ao qualificar o trabalhador para a atividade profissional também pode conscientizá-lo de seu papel coletivo.

Segundo Guerra (2008), um princípio pedagógico promissor para o alcance desta necessidade é a autogestão do trabalho, que ao operar por meio do cooperativismo ou demais empreendimentos de Economia Solidária - ES, cria uma alternativa de organização capaz de mobilizar e conscientizar os trabalhadores acerca dos processos produtivos e contradições da sociedade.



O QUE É TRABALHO?






7

CONCEITO DE TRABALHO

De acordo com Marx e Engels (1984), trabalho é a maneira pela qual a espécie humana intervém na natureza, a fim de **produzir** sua existência e, dessa forma, a modifica, sendo também modificada por ela.

Os autores destacam que através do trabalho o humano exercita sua inteligência e suas diversas capacidades, a fim de transformar a natureza em elementos proveitosos para sua existência.



8

Segundo Saviani (2007), ao contrário dos animais, que se adaptam à natureza para sobreviver, o humano ajusta a natureza de acordo com suas necessidades. Esta maneira de agir sobre a natureza denomina-se trabalho e constitui a essência do ser humano. Dessa forma, a vida humana é definida pela maneira com que os indivíduos executam seu trabalho.

Contudo, o autor ressalta que a forma de produzir a vida, o trabalho, depende diretamente das condições materiais em que os humanos se encontram. Condições que foram e continuam sendo modificadas processualmente pela espécie humana ao longo de sua história.



11


TRABALHO ESCRAVO




Formato de trabalho que opera sob a completa restrição de direitos e liberdades individuais e coletivas dos trabalhadores. Utilizado essencialmente nas colônias americanas, dentre os séculos XV e XIX, apesar de atualmente ser ilegal, ainda ocorre em vários pontos do Brasil, principalmente em regiões com pouca fiscalização das condições de trabalho, conforme relata Figueira (2000).

12

TRABALHO ASSALARIADO



Formato de trabalho característico do modo de produção capitalista, no qual, de acordo com Marx (2011), o trabalhador vende sua força de trabalho por um valor pré-estabelecido, a ser pago pelo proprietário de um empreendimento em troca de determinada produção e/ou período de trabalho. Nesta configuração laboral o trabalhador não determina seu ritmo ou resultado de produção.



TRABALHO AUTÔNOMO OU INFORMAL

13

Formato de trabalho no qual o trabalhador não possui vínculo empregatício e vende sua força de trabalho de maneira informal ou por contratos que não gerem vínculos.

Ainda que por vezes dependa indiretamente do assalariamento de quem o contrata, o trabalhador autônomo não possui renda fixa e previsível, ficando à mercê das flutuações de demandas dos serviços que presta ou produtos que confecciona (JACKOBSEN, 2000).



TRABALHO COOPERATIVO AUTOGESTIONÁRIO

14

Conforme ressalta Singer (2002), neste formato de trabalho o empreendimento laboral é gerido coletiva e democraticamente pelos trabalhadores, de forma associada.

Nesta forma organizativa os trabalhadores possuem maiores possibilidades de controle de ritmo e resultado de sua produção, assim como da distribuição da riqueza produzida.

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SÉC.XXI

15



Os avanços tecnológicos sempre trouxeram mudanças nas relações de trabalho. No período atual, o trabalho remoto, o teletrabalho, as terceirizações e demais arranjos têm sido intensificados a fim de se aprofundar a flexibilização das relações de trabalho.

Tal modelo se caracteriza pela falta da formalização do trabalho e ausência de direitos trabalhistas. Porém, é uma relação que submete o trabalhador às normas das empresas, desconfigurando a autonomia do trabalho, gerando um assalariamento indireto.



16

Um dos maiores exemplos destas novas relações é o chamado "Capitalismo de Plataforma", o qual, de acordo com Antunes e Filgueiras (2020) organiza diversas formas de prestação de serviço, como transporte de pessoas e entrega de alimentos, por meio de plataformas digitais e aplicativos.



17

QUAL A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO?



18

Para Saviani (2007), a medida em que os humanos produzem seu trabalho aprendem também a produzir sua existência e constroem este aprendizado entre si, ensinando também às gerações futuras. O trabalho, portanto, constitui a primeira forma de educar da espécie humana



Apenas a espécie humana trabalha e educa, relação que para Ciavatta (2009), foi a responsável ao longo da história pelo desenvolvimento integral das potencialidades desta espécie. Portanto, o trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, que possui relação íntima com a natureza humana, é capaz de educar de forma humanizadora, de maneira a tornar o ser humano de fato humano.



De acordo com De Decca (1985), enquanto produzia sua sobrevivência e existência na natureza, o humano produzia também os conhecimentos acerca de tais formas de sobreviver e existir.

Conhecimentos que iam sendo passados às gerações seguintes, aprofundados e complexificados, dando luz às novas formas de produzir e existir. Conseqüentemente, tal processo foi criando novos modos de produção e de educação.



Portanto, para o humano,
**O TRABALHO É UM
PRINCÍPIO EDUCATIVO,**

uma vez que, por meio do trabalho, a espécie humana cria seus conhecimentos e também os ensina, desenvolvendo as suas diversas potencialidades.



AUTOGESTÃO DO TRABALHO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

21

A partir de suas condições materiais de produção, o humano organizou seu trabalho de diversas formas ao longo da história, para atender às demandas de cada sociedade.

Conforme ressalta Marx e Engels (1984), desde o surgimento das sociedades primitivas, nas quais o trabalho era realizado através da caça, pesca e coleta, passando pelo surgimento da agricultura e pecuária, até a revolução industrial do séc.XVIII, na qual o trabalho manual foi transmitido para as máquinas, uma longa jornada se passou na história do trabalho humano.



22



Nesta história, que segue seu curso, sendo influenciada pela ação humana a partir das circunstâncias concretas em que se encontra, o presente capítulo demanda atenção, pois as condições em que se deparam as pessoas que vivem do próprio trabalho vêm se precarizando.



A exemplo disso, Antunes e Filgueiras (2020) destacam que após a crise econômica mundial de 2008 diversos países têm aplicado em suas economias um receituário de redução de direitos trabalhistas, cortes salariais e flexibilização do trabalho, uma condição que em linhas gerais aumenta as cargas horárias laborais juntamente de suas demandas.



Tal situação, de acordo com os autores, vem aumentando os lucros de determinados grupos econômicos e ampliando a exploração do trabalho em geral, num processo denominado Uberização do trabalho, termo este que se refere ao modelo de gestão da empresa UBER, pioneira neste formato laboral sem vínculos trabalhistas.

Para Antunes (2013), esta relação vem se reificando de tal maneira a ponto do trabalhador se compreender enquanto empresário de si próprio, pois não possui vínculo de trabalho, apesar de depender do assalariamento de maneira indireta e sem garantias.



Tendo em vista a superação de cenários de desemprego e desestruturação laboral, uma proposta levantada por Singer (2003) é a autogestão do trabalho, um formato no qual os próprios trabalhadores realizam a gestão de suas forças produtivas, e que, ao contrário do trabalho convencional assalariado, o modelo de labor provém da livre associação dos trabalhadores, tornando estes sócios.





O QUE É AUTOGESTÃO DO TRABALHO?

25

Conforme aponta Gaiger (1999), ao contrário do formato tradicional de TRABALHO ASSALARIADO, a Autogestão do trabalho compreende um formato produtivo no qual os trabalhadores operam enquanto sócios, passando a organizar por meio de assembleias e consensos o ritmo de produção, formato de partilha da arrecadação, especificidades de cargos e funções, controle contábil e demais atribuições relativas ao empreendimento laboral.



26

Segundo Singer (2003), nesta forma de administrar o trabalho, os membros associados produzem de acordo com suas próprias demandas e decisões, compreendem todas as etapas dos processos produtivos e suas complexidades, o que torna este modelo laboral uma ferramenta pedagógica interessante para a assimilação das estruturas do mundo do trabalho pelos trabalhadores



O QUE É COOPERATIVISMO?

Desde seus primórdios a espécie humana se desenvolveu através da união de indivíduos e sua cooperação mútua, o que para Harari (2014) ocorreu para atender às próprias necessidades da sobrevivência e progresso da humanidade.

A cooperação é, portanto, um elemento fundamental da espécie humana. Contudo, com o desenvolvimento das forças produtivas e suas especificidades, as configurações sociais foram se modificando e o elemento cooperativo colocado em plano secundário.



De acordo com Singer (2004), na sociedade capitalista moderna o incentivo à competição e individualidade tomam posição central, substituindo valores até então essenciais ao progresso humano, como a cooperação e o atendimento às demandas sociais através do trabalho.

Entretanto, as contradições deste modo de produção trouxeram à tona de volta a necessidade de cooperação entre os humanos, para a superação de diversos obstáculos.



29

Costa (2000) demonstra este fenômeno ao exemplificar que durante o séc.XIX na Inglaterra, em um período no qual a revolução industrial gerou um grande salto de produtividade aliado ao crescimento do desemprego e precarização das condições de vida dos trabalhadores, um grupo de tecelões desempregados, preocupados com as condições adversas em que se encontravam as massas proletárias, resolveram criar um empreendimento distinto dos convencionais daquele período.

30

COOPERATIVA DE ROCHDALE



Clique na imagem para acessar o filme "Os Pioneiros de Rochdale"










31

Desde este período, a organização dos trabalhadores em torno do atendimento de suas necessidades, seja através de associações, sindicatos e demais entidades, busca a superação das dificuldades a que são submetidas as pessoas que vivem do próprio trabalho.







Tal ação demonstra a importância da união e organização conjunta destes indivíduos para sua subsistência e emancipação, tendo como forma de operação do trabalho, ou seja, de produção de sua existência, o trabalho cooperativo. Este formato traz consigo valores de solidariedade, respeito mútuo, justiça social e emancipação.

32

CAPITALISMO

	Trabalho alienado
	Pagamento por salário
	Hierarquia no ambiente de trabalho - Heterogestão
	Responsabilidade individual
	Controle da produção, carga horária e contabilidade pelo proprietário
	Divisão do trabalho manual e intelectual
	

COOPERATIVISMO

	Trabalho associado
	Pagamento pelo "soldo" ou "sobra"
	Igualdade no ambiente de trabalho - Autogestão
	Responsabilidade coletiva
	Controle da produção, carga horária e contabilidade pelos trabalhadores associados
	Maiores possibilidades de trabalho integral

(GAIGER, 1999; SINGER, 2003)

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?



Singer (2002) elucida que a ES – Economia Solidária configura-se por organizar a produção, comércio e consumo de bens e serviços sob o trabalho cooperativo e autogestionário, visando o atendimento às diversas necessidades das pessoas envolvidas em tal processo.

Para o autor, este formato econômico considera os sujeitos envolvidos neste processo enquanto iguais e, portanto, com mesma responsabilidade e participação no modo produtivo.



O surgimento da ES coincide com o do cooperativismo inglês do séc XIX, sob o qual trabalhadores operavam cooperativas a fim de subsistirem frente às dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista.

Segundo Guerra (2008), no Brasil o surgimento da organização da ES data dos anos 1980 a 1990, período no qual robustas políticas econômicas neoliberais ampliaram as concentrações de renda e precarizaram a situação de vida das massas trabalhadoras mundo afora.

A organização da ES no Brasil se iniciou com ações de um movimento social, que empregou idéias para gerar trabalho e renda em uma comunidade carente do Rio de Janeiro, através do trabalho cooperativo.

Tal iniciativa gerou resultados relevantes à comunidade, fato que interessou pesquisadores da UFRJ, que devido a tal situação construíram um departamento para compreender e fomentar tais empreendimentos em outras localidades. Dessa forma foi criada a primeira ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil.



35

A AUTOGESTÃO DO TRABALHO PODE SER UTILIZADA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT?


36

Apesar do trabalho ser um **princípio** para a educação na EPT, de maneira geral, diferentes formas de organizar o trabalho, além do trabalho assalariado, não são abordadas nos cursos.






Como outro princípio da EPT é o alcance da omnilateralidade, formação integral humana em todas as suas potencialidades, o ensino do trabalho autogestionário, enquanto prática curricular, pode viabilizar a efetivação de tal princípio, pois esta configuração laboral possibilita a união entre trabalho manual e intelectual, que se demonstra cindida no trabalho assalariado convencional e influencia as demais relações sociais.

37



Dessa forma, algumas possibilidades de aplicação do trabalho autogestionário, cooperativo e de economia solidária podem ser construídas nos diversos cursos da EPT, utilizando-se para tanto a curricularização da extensão.

38

O TRABALHO COOPERATIVO É PEDAGÓGICO, POIS...



...ensina os trabalhadores a **PRODUZIREM** de modo associado

...desenvolve nos trabalhadores a gestão democrática e responsabilidade

...obriga o mercado a ceder melhores condições de trabalho

SINGER, 2002






40

EXEMPLOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO

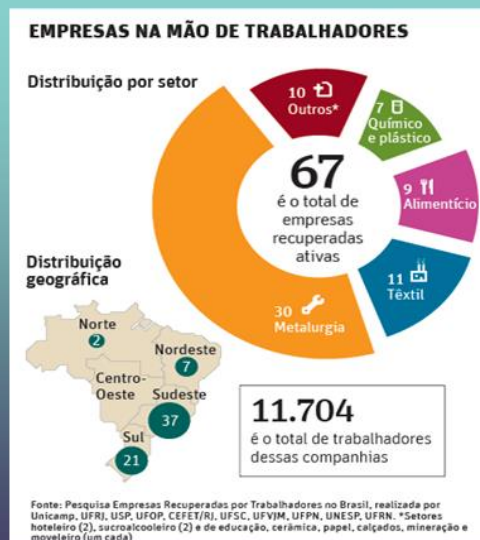
 Clique nas bandeiras para acessar os vídeos

	MONDRAGÓN, ESPANHA		COOPERATIVISMO EM ISRAEL
	MARINALEDA, ESPANHA		HUAXI, CHINA
	COOPERATIVISMO NOS EUA		COOPERATIVISMO EM CUBA



Em seu estudo, Henriques et al (2013) descreveram como opera esta modalidade de empreendimento no Brasil, e observaram as seguintes características:

- Sentimento de motivação para o trabalho e administração do empreendimento coletivo;
- Ritmo e carga de trabalho decididos coletivamente;
- Mais aprendizagens no trabalho devido aos rodízios de funções;
- Maior ocupação de postos de trabalho por mulheres.



ERT BRASILEIRA: O EXEMPLO DA FLASKÔ

Situada na cidade de Sumaré-SP, a Flaskô é uma fábrica do ramo de transformação de plástico, que foi criada no final dos anos 1970, e que devido ao não pagamento de dívidas trabalhistas passou a ser gerida pelos trabalhadores no ano de 2002 (RIBEIRO, 2019).



Clique na imagem para acessar o vídeo

Desde a tomada da gestão pelos trabalhadores ocorreram diversas mudanças na dinâmica do trabalho, cargas horárias, reajustes salariais e direcionamento dos recursos arrecadados pela fábrica para os trabalhadores.

COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA

45



Como forma de resposta às novas contradições geradas pelo aumento da flexibilização do trabalho, trazidos pelo Capitalismo de Plataforma, diversos empreendimentos têm sido organizados por meio de aplicativos digitais sob os princípios do cooperativismo

De acordo com Fuster Morrel et al. (2021), tal forma de organização do trabalho é denominada “Cooperativismo de plataforma”, a qual, de maneira geral, tem produzido melhores condições de trabalho e maior acesso à gestão democrática dos empreendimentos por parte dos trabalhadores.



46



EXTENSÃO ACADÊMICA



EXTENSÃO ACADÊMICA

47

A extensão acadêmica é uma modalidade de conhecimento que envolve uma série de atividades das instituições de EPT e das Universidades.



De acordo com Santos, Rocha e Passaglio (2016), a extensão é considerada uma atividade que promove o contato entre a comunidade acadêmica e sociedade, através de ações específicas, como cursos, programas, projetos e demais eventos.



48

Entretanto, Pires da Silva (2020) compreende a extensão para além deste conceito. Para o autor a extensão é um espaço de troca de saberes entre a academia e o meio social em que esta se insere, a fim de compreender as demandas sociais e produzir novos conhecimentos, voltados para tal público.

Dessa forma, a extensão pode ser considerada uma ferramenta de inserção da sociedade nas instituições de EPT e Universidades, de maneira que exerça influência sobre a produção científica e tecnológica.

O QUE PODEMOS DESTACAR DA EXTENSÃO ACADÊMICA?

49



A extensão é uma forma histórica de contato da comunidade acadêmica com o mundo que a cerca. Um espaço onde os sujeitos sociais mais diversos têm a possibilidade de contato com a produção científica universitária.



De acordo com Nunes e Silva (2011), esse diálogo entre universidade e sociedade é de suma importância para que o ensino e a pesquisa sejam influenciados pelas necessidades sociais, tornando a produção científica um instrumento a serviço da sociedade.



CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

50


Metodologia de ação utilizada para cumprir a estratégia 12.7 do PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024:

12.7) assegurar, **no mínimo, 10%** do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

51


CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão se dará através da inserção de projetos e programas de extensão nas matrizes curriculares dos cursos, sendo observada suas respectivas caracterizações nos PPCs – Projetos Pedagógicos de Curso (FORPROEXT, 2022).



52

COMO IMPLEMENTAR A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO?



A curricularização da extensão pode ser operada na matriz curricular de um PPC – Projeto Pedagógico de Curso das seguintes maneiras:

a) **Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão:** trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão nos componentes curriculares não específicos de extensão, previstos no PPC. Nesse caso, estamos tratando de planejar atividades de extensão como metodologia desses componentes.

6ª fase da matriz curricular do curso de Bacharelado em Engenharia Civil do IFSC-Câmpus São Carlos

MATRIZ CURRICULAR						
FASE	COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR, TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO	Carga Horária (horas)			
			Teórica	Prática	Extensão	Total
FASE	Hidrologia	Eduardo Luiz Tavares Gonçalves, Msc, DE	40	--	--	40
	Tecnologia da Construção Civil II	Evilásio Pires dos Santos, Esp, DE	60	--	--	60
	Mecânica dos Solos e Obras de Terra	Mateus Potrich Bellé, Dr, DE	60	--	--	60
	Instalações Hidrossanitárias	Israel da Silva Mota, Esp, DE	20	60	--	80
	Projeto Integrador II	Felipe Trez Rodrigues, Msc, DE / Evilásio Pires dos Santos, Esp, DE	20	--	60	80
CARGA HORÁRIA DA FASE						380

Fonte: <https://curricularizacaoaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2019/12/Eng-Civil-curricularizado-S%C3%A3o-Carlos.pdf>

b) **Como componentes curriculares específicos de extensão:** trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inseridos na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes (FORPROEXT, 2022).

Imagem 6 - Matriz curricular do curso de Gestão de Turismo

V – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

27. Matriz Curricular:

Fase	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH EaD	CH Extensão	CH Total
1ª	Turismo e Hospitalidade	36	12	12		60
1ª	Economia do Turismo	36	12	12		60
1ª	Segmentos Turísticos	36	12	12		60
1ª	Linguagem e Comunicação	36	12	12		60
1ª	Roteiros Turísticos 1	36	12	12		60
	Carga Horária da fase	180	60	60		300
2ª	Gestão de Marketing	36	12	12		60
2ª	Gestão de Custos	48	16	16		80
2ª	Análise de Dados no Turismo	22	10	8		40
2ª	Atividades de Extensão I				60	60
2ª	Organizações Turísticas	36	12	12		60
2ª	Políticas Públicas do Turismo	22	10	8		40
	Carga Horária da fase	164	60	56	60	340
3ª	Técnicas de Pesquisa em Turismo	22	10	8		40
3ª	Enoturismo	36	12	12		60

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

c) **Atividades de extensão:** As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades ⁵⁵



Programas



Eventos



Projetos



Prestação de serviços



Cursos e oficinas

(CES/CNE, 2018)

56



ITINERÁRIO RECOMENDADO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO



FORPROEXT - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (2022)

57

ETAPA I

SENSIBILIZAÇÃO

Debate amplo realizado com as comunidades interna e externa e realização de um processo formativo que leve à compreensão dos elementos necessários à curricularização.




FORPROEXT - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (2022)

58


ETAPA II

IMPLANTAÇÃO



Processo que dá continuidade ao trabalho de sensibilização e de formação da comunidade acadêmica, culminando na realização de atividades de extensão no âmbito do percurso formativo dos cursos ofertados pelos campi.

Tal etapa requer o mapeamento da realidade do câmpus, definição de diretrizes curriculares, experimentação, alteração dos PPCs, organização de processos administrativos para regularizar as atividades a serem curricularizadas e a definição dos processo de avaliação de tais atividades.



FORPROEXT - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (2022)

59

ETAPA III

EFETIVAÇÃO


Processo que requer estratégias indispensáveis à qualificação e à consolidação da curricularização da extensão e do seu papel na formação dos estudantes e no cumprimento da missão institucional.



FORPROEXT - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (2022)

60

COMO AFERIR A EFETIVIDADE DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS?





De acordo com Frutuoso (2020) os seguintes questionamentos são realizados para aferir a efetividade da curricularização das atividades de extensão no IFSC:

61

- 1) As atividades de extensão cumprem os 10% de carga horária total do curso, exigido pelo PNE 2014-2024?
- 2) Há unidade curricular específica de extensão?
- 3) Há unidade curricular **não específica** de extensão?
- 4) As atividades específicas de extensão são de projetos ou programas interdisciplinares?



62

- 5) As áreas de impacto das atividades são de grande relevância social? Descreva:
- 6) As atividades propostas apresentam integração entre ensino, pesquisa e extensão?
- 7) É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno que o Câmpus se insere?
- 8) É possível denotar a relação entre as atividades de extensão propostas com o entorno e o perfil dos egressos?

PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (IFSC)

63

Verificar a eficiência das atividades;
Acompanhar a oferta;
Retroalimentar a instituição.



*NDEs: Núcleos Docentes Estruturantes
*CEPE: Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

(IFSC, 2015)



64

POSSIBILIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO ATRAVÉS DE ATIVIDADES DE INCUBAÇÃO



O QUE É UMA INCUBADORA, OU NÚCLEO DE INCUBAÇÃO? ⁶⁵

A Incubadora, ou Núcleo de Incubação, é o espaço institucional onde empreendimentos são assessorados e efetivados pela comunidade acadêmica, provindos de demandas das comunidades interna e externa.

Tais ações são operadas através de projetos de pesquisa, ensino e extensão

(GANDOLFI, ET AL. 2009).



NÚCLEO INCUBADOR DO IFG – CÂMPUS FORMOSA

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA INSERIR O COOPERATIVISMO NOS PPCs ⁶⁶



Exemplos de atividades de extensão, com uso da Incubadora, que podem ser inseridas nos PPCs:

- 1) Estudo de levantamento da realidade local das relações de trabalho;
- 2) Processo de Incubação / Criação de empreendimentos;
- 3) Reciclagem de empreendimentos;
- 4) Realização de oficinas, minicursos, mesas redondas e outras estratégias formativas.

ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

67



Compreender as relações de trabalho locais e regionais é de suma importância para a Incubadora traçar estratégias de atendimento às demandas das forças produtivas que irá atender.



Para tanto, pesquisas acerca da realidade laboral devem ser desenvolvidas com certa periodicidade a fim de abastecer a base de dados da Incubadora. Tais ações podem ser operadas por meio de atividades curriculares de pesquisa e extensão.

ESTUDO DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE LOCAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

68



Realizar o levantamento quantitativo e qualitativo de dados acerca da força de trabalho local e regional, assim como dos ramos de trabalho tradicionais e potenciais, junto a suas demandas específicas



Buscar na comunidade acadêmica recursos materiais e humanos a fim de suprir as demandas sociais encontradas através da primeira etapa da pesquisa



Abastecer a base de dados da Incubadora com os resultados obtidos



PROCESSO DE INCUBAÇÃO (GANDOLFI et al. 2009)

69

É um itinerário de criação de empreendimentos, que utiliza a assessoria de uma Incubadora ou Núcleo de Incubação, composto por 3 etapas:



RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS

70

Diversos empreendimentos de Economia Solidária, seja por falta de acesso à informação ou dificuldades de obter recursos, operam de maneira desatualizada, produzindo aquém de sua capacidade.

Por vezes, uma Incubadora pode fornecer a assistência necessária a fim de suprir essas demandas, o que pode ser efetuado através de ações de extensão, que forneçam a capacidade técnica necessária aos trabalhadores, conforme relata Guerra (2008).



Fonte: <https://www.institutocioob.org.br/acontece/noticias/educadores-de-todo-o-parana-recebem-formacao-em-cooperativa-mirim/337>

RECICLAGEM DE EMPREENDIMENTOS



Abertura de editais de capacitação voltada para empreendimentos Autogestionários de Economia Solidária já atuantes na região.



Análise das condições produtivas e possibilidades de cada um dos empreendimentos selecionados.



Realização do processo de Incubação, de acordo com as demandas de cada empreendimento.

REALIZAÇÃO DE OFICINAS, MINICURSOS, MESA REDONDAS E OUTRAS ESTRATÉGIAS FORMATIVAS

Para fomentar a **Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária** no ambiente acadêmico, a Incubadora, junto às coordenações de cursos, podem fornecer atividades formativas à comunidade interna e externa.

Tais ações, ao serem inseridas nos PPCs dos cursos, podem ser realizadas de forma curricularizada, através de atividades de extensão.



REFERÊNCIAS

73

ANTUNES, R. *A corrosão do trabalho e a precarização estrutural*. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo, *Contracampo*, v. 39, n. 01, p. 27-43, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília, 2014.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001*. Brasília, 2001.

CES/CNE. *Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018*. Ministério da Educação, Brasília.

CIAVATTA, M. "Trabalho como princípio educativo". In: PEREIRA, I. B., LIMA, J. C. F. (Org.), *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*, Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma reflexão teórica, *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2000. DOI: 10.48075/revistacsp.v6i11.1500. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500>. Acesso em: 15 mai. 2022.

DE DECCA, E. *O nascimento das fábricas*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

FERLA, G. B.; ANDRADE, R. B. A Transição Do Feudalismo Para o Capitalismo, *Synergismus scyentifica UTFPR*, v. 2, n. 1, p. 3-5, 2007. <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240/24>. Acesso em: 27 ago. 2012.

FIGUEIRA, R. R. Por que o trabalho escravo?. *Estudos avançados*, v. 14, p. 31-50, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003>. Acesso em: 19 set. 2022.

74

FORPROEXT. *Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. BRASIL, 2022.

FRUTUOSO, T. de P. *O Processo de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Santa Catarina — IFSC*. 2020. 165 f. IFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1643>. Acesso em: 02 set. 2022.

GAIGER, L.; BESSON, M; LARA, F; SOMMER, I. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas, *Cadernos CEDOPE*, v. 15, p. 1-61, 1999.

GANDOLFI, P. E.; MUÑOZ PALAFOX, G. H.; MARTINS, H.; BRITTO, M. F.; CAIXETA, M. R. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: a experiência da INES/UFU. *Revista Em Extensão*, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20440>. Acesso em: 20 set. 2022.

GUERRA, A. C. *Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares: Uma Análise Comparativa De Cooperativas Populares: Uma*. 2008. 106 f. Universidade Federal de Lavras, 2008. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1996/1/DISSERTAÇÃO_Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

HARARI, Y. N. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. 4º ed. Rio Grande do Sul, Editora L&PM, 2014.

IFSC. Resolução nº 35. 2015. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao35_2015_diretrizes_extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 de ago. 2022.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? 2015. *Anais [...]* Mar del Plata - Argentina, 2015. Disponível em: isbn: 978-85-68618-01-1. Acesso em: 13 mai. 2022.

JAKOBSEN, K. Mapa do trabalho informal. São Paulo: CUT/FPA, 2000.

75

MARX, K. **O Capital I: crítica da economia política. O processo de produção do capital.** São Paulo, Editorial, Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo, Editora Moraes, 1984.

FUSTER MORELL, M; ESPELT, R; RENAU CANO, M. Cooperativismo de plataforma: Análisis de las cualidades democráticas del cooperativismo como alternativa económica en entornos digitales. CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa, n. 102, 2021. Disponível em: <<https://ojs3.uv.es/index.php/ciriecespana/article/view/18429>>. Acesso em: 24 out. 2022.

PIRES DA SILVA, W. Extensão universitária: Um conceito em Construção, *Revista Extensão & Sociedade*, v. 11, n. 2 SE-Artigos, 10 nov. 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RIBEIRO, J. Movimento das Fábricas Ocupadas: um estudo de caso sobre a fábrica Flaskô. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234844>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão universitária e formação no ensino superior, *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 7, n. 1 SE-Artigos, 28 maio 2016. DOI: 10.36661/2358-0399.2016v7i1.3087. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, *Revista Brasileira de Educacao*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Acesso em: 19 set. 2022.

SINGER, P. **A economia solidária como ato pedagógico.** Brasília, Brasil, INEP, 2004.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2003.



CONTATO

76



rafaelfrois@gmail.com



@r.frois



<https://rafaelfrois3.wixsite.com/website>

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 1: PROJETO DE PESQUISA “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”.

01/12/2022 22:20

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Questionário - Projeto de Pesquisa “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”

Olá, somos pesquisadores do ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do IFB-Câmpus Brasília e convidamos você a participar desta pesquisa que tem por objetivo Compreender formas de curricularização da Autogestão do Trabalho para efetivação do trabalho enquanto princípio educativo nos cursos IFG – Câmpus Formosa.

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail



Você faz parte de qual segmento do IFG - Câmpus Formosa? *

Marcar apenas uma oval.

- Discente/aluno(a)
- Docente/professor(a)
- Técnico Administrativo
- Trabalhador terceirizado
- Egresso
- Outro: _____

Qual é seu gênero? *

- Feminino
- Masculino
- Gênero Neutro
- Não binário
- Agênero
- Pangenero
- Prefiro não declarar
- Outro:



01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Qual sua idade? *

- 18 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- 36 a 40 anos
- 41 a 45 anos
- 46 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- acima de 60 anos

Qual sua escolaridade? *

- Ensino Fundamental
- Aluno de FIC (Formação Inicial e Continuada)
- Aluno do Ensino Médio
- Ensino Médio
- Aluno do Ensino Superior
- Ensino Superior
- Aluno de Pós-graduação
- Pós-graduação Latu Sensu (Especialização)
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado
- Outro:

01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Qual sua área de formação *

- Não tenho área de formação
- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguísticas, Letras e Artes
- Outro:

Em quais ramos profissionais você trabalha ou já trabalhou? *

- Agricultura Familiar
- Agronegócio
- Transporte e entrega de alimentos e/ou demais produtos
- Construção Civil
- Transporte de passageiros
- Comércio/Vendas
- Docência em ensino privado
- Docência em ensino público
- Serviço público (demais áreas)
- Serviços gerais, limpeza, manutenção
- Outro:

01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Atualmente, você está trabalhando? *

- Não
- Sim

Caso esteja empregado, marque abaixo a opção correspondente a seu regime de trabalho:

- CLT (Carteira de Trabalho Assinada)
- Regime jurídico próprio de servidores públicos
- MEI - Microempreendedor Individual
- Autônomo
- Outro:

Em qual faixa de renda mensal você se encontra atualmente? *

- Menos de 1 salário mínimo (R\$1.212,00)
- De 1 a 2 salários
- De 2 a 4 salários
- de 4 a 8 salários
- Acima de 8 salários



01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Você já conhece algum dos seguintes temas? Autogestão do trabalho, Economia Solidária ou Cooperativismo. *

- Conheço totalmente
- Conheço razoavelmente
- Conheço pouco
- Desconheço
- Não sei

Já trabalhou em alguma Cooperativa ou outro empreendimento similar? *

- Sim
- Não
- Não sei

Para você, as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG ajudam na formação para a sua atuação no dia a dia do trabalho? *

- Ajudam totalmente
- Ajudam razoavelmente
- Ajudam pouco
- Não ajudam
- Não sei



01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Você trabalharia em um empreendimento onde não houvesse patrão, no qual todos os trabalhadores fossem autônomos/sócios? *

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

De que maneira você compreende que as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar, ou ajudar mais na formação dos alunos para o dia a dia do trabalho, no sentido de preparar os alunos para se tornarem trabalhadores associados e/ou donos da sua própria produção em seu trabalho? *

- estimulando os processos de liderança entre alunos
- estimulando os trabalhos cooperativos dentro da escola
- aumentando a carga horária voltada para formação empresarial
- aumentando as parcerias com a comunidade externa, fortalecendo os arranjos produtivos locais
- incentivando os estágios obrigatórios e não obrigatórios em cooperativas e empreendimentos de economia solidária
- aplicando as práticas das disciplinas do eixo profissional com base nos princípios do trabalho autogestionário (cooperativo, sem patrões)
- Outro:

Teria interesse em participar de um momento formativo acerca da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária? *Será fornecida certificação aos participantes, com carga horária de 10 horas.

- Sim
- Não

01/12/2022 22:21

Questionário - Projeto de Pesquisa "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMUL...

Caso queira acrescentar qualquer informação que considere relevante no tocante a esta pesquisa, por favor, utilize este campo para isso.

Sua resposta

Voltar

Próxima

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 2: FEEDBACK DA OFICINA “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”.

03/12/2022 13:49

Questionário Feedback da Oficina “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULA...

Questionário Feedback da Oficina “AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULAR O COOPERATIVISMO CRÍTICO NA EPT”

Olá, somos pesquisadores do ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do IFB-Câmpus Brasília e convidamos você a participar desta pesquisa que tem por objetivo Compreender formas de curricularização da Autogestão do Trabalho para efetivação do trabalho enquanto princípio educativo nos cursos IFG – Câmpus Formosa.

***Obrigatório**

Questionário - Feedback Oficina de Autogestão do trabalho

1. Você faz parte de qual segmento do IFG - Câmpus Formosa? *

Marcar apenas uma oval.

- Discente/aluno(a)
- Docente/professor(a)
- Técnico Administrativo
- Trabalhador terceirizado
- Egresso
- Outro: _____

03/12/2022 13:49

Questionário Feedback da Oficina "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULA...

2. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após esta oficina? *

Marcar apenas uma oval.

- 1
 2
 3
 4
 5
 Não sei

3. Você já trabalhou em algum empreendimento similar aos que tenham sido comentados ao longo da oficina? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei

4. De que maneira você considera que seria possível a inclusão da temática desta oficina para a formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho? *

03/12/2022 13:49

Questionário Feedback da Oficina "AUTOGESTÃO DO TRABALHO: UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA ESTIMULA...

5. Um dos objetivos desta pesquisa é gerar um produto educacional, que ajude a trazer a temática do trabalho autogestionário e cooperativo para os currículos dos cursos regulares do IFG. Teria interesse em participar posteriormente da avaliação do produto educacional gerado por esta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. Caso queira acrescentar qualquer informação que considere relevante no tocante a esta pesquisa, por favor, utilize este campo para isso.

Agradecemos imensamente sua colaboração. Muito obrigado!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 3: AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO”.

03/12/2022 13:50

Questionário de Avaliação do Produto Educacional "GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRAB...

Questionário de Avaliação do Produto Educacional “GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT: UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO”

Olá, somos pesquisadores do ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do IFB-Câmpus Brasília e convidamos você a responder este questionário, que tem por objetivo compreender a validade e relevância do produto educacional: GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT - UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

*Obrigatório

Questionário - Avaliação do produto educacional GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA EPT - UMA PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXETENSÃO

1. Você faz parte de qual segmento do IFG - Câmpus Formosa? *

Marcar apenas uma oval.

- Discente/aluno(a)
- Docente/professor(a)
- Técnico Administrativo
- Trabalhador terceirizado
- Egresso
- Outro: _____

03/12/2022 13:50

Questionário de Avaliação do Produto Educacional "GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRAB...

2. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, de uma maneira * geral, em que medida você considera que o guia contribui para a compreensão sobre os temas Trabalho e Educação?

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito pouco
- 2 - pouco
- 3 - moderadamente
- 4 - satisfatoriamente
- 5 - bastante
- Não sei

3. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida você * considera que o conteúdo deste guia pode contribuir para a formação crítica e emancipatória dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, em relação à compreensão dos problemas atuais do mundo do trabalho e alternativas para sua superação?

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito pouco
- 2 - pouco
- 3 - moderadamente
- 4 - satisfatoriamente
- 5 - bastante
- Não sei

4. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito pouco
- 2 - pouco
- 3 - moderadamente
- 4 - satisfatoriamente
- 5 - bastante
- Não sei

5. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida os procedimentos de curricularização da extensão ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito pouco
- 2 - pouco
- 3 - moderadamente
- 4 - satisfatoriamente
- 5 - bastante
- Não sei

6. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito pouco e 5 bastante, em que medida as estratégias e possibilidades de adoção na Educação Profissional e Tecnológica relativas aos temas de autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária ficaram mais esclarecidas para você após a leitura deste guia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito pouco
- 2 - pouco
- 3 - moderadamente
- 4 - satisfatoriamente
- 5 - bastante
- Não sei

7. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito ruim e 5 excelente, o que você achou do produto educacional? (Considerando apenas o conteúdo) *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito ruim
- 2 - ruim
- 3 - regular
- 4 - bom
- 5 - excelente
- Não sei

03/12/2022 13:50

Questionário de Avaliação do Produto Educacional "GUIA ORIENTATIVO PARA INSERÇÃO DA AUTOGESTÃO DO TRAB...

8. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito ruim e 5 excelente, o que você achou do produto educacional? (Considerando apenas a linguagem e apresentação) *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - muito ruim
- 2 - ruim
- 3 - regular
- 4 - bom
- 5 - excelente
- Não sei

9. Após a leitura do guia, você sugere alguma estratégia ou metodologia por meio da qual seria possível a inclusão da temática deste guia para a formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho?

10. Caso queira acrescentar qualquer informação que considere relevante no tocante a esta pesquisa, por favor, utilize este campo para isso.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários